



Anais da Assembléia

Nº 57

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 31 DE MAIO DE 1978.

ANO IV

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 55ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 31 DE MAIO DE 1978

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Rosário Pitelli e Adalberto Daros.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Waldenício Barbalho e Werner Wanderer (39); achando-se ausentes os Senhores Deputados Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Ernesto Dal'Oglio, Francisco Escorsin, Gabriel Sampaio, Jayme Rodrigues Carvalho, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Otássio Pereira, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo e Wilson Fortes (15).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, voto de pesar pelo falecimento do Sr. VALÉRIO HAISI, ocorrido nesta data.

Após aprovação deste, dê-se ciência do mesmo à família enlutada, à rua Paulo Martins.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1978.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário desta Casa, seja consignado voto de grande pesar pelo falecimento de DOMINGOS RAZZERA, ocorrido em União da Vitória.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1978.

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA

JUSTIFICATIVA:

O extinto era funcionário aposentado da Prefeitura de União da Vitória e pessoa bastante relacionada na cidade atualmente, cooperando com a atual administração.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, que a Sessão Plenária de quinta-feira, 1.º de junho, seja antecipada para o período matutino, às 10,00 horas, em virtude da abertura da Copa do Mundo de Futebol.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1978.

(a) ERNESTO GNOATO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, requer com base no Regimento Interno e com o respaldo do Plenário, a inserção em ata dos trabalhos desta Casa, um voto de aplausos pela excelente gestão que fez frente à Diretoria da Associação Comercial e Industrial de Paranavaí, ao Senhor ITAMAR PEREIRA DE SOUZA e regozijo pela sua reeleição ao mesmo cargo, o que prova suas qualidades de administrador emérito e homem dedicado a esta entidade.

Requer, outrossim, que da deliberação desta Casa seja dada ciência à Associação Comercial e Industrial de Paranavaí.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1978.

(a) WILSON FORTES

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 77/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A.

Art. 1.º — Passa a denominar-se “Posto de Fiscalização Ariovaldo Hergo”, a unidade do Departamento de Rendas Internas, da Secretaria das Finanças, localizada em Rondinha, Município de Paula Freitas.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1978.

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA

JUSTIFICATIVA:

Cremos ser de inteira justiça que se homenageie a memória de Ariovaldo Hergo, ex-servidor público estadual; dando-se o seu nome ao Posto de Fiscalização de Rendas, localizado em Rondinha, no Município de Paula Freitas, numa demonstração de reconhecimento pelos bons serviços que prestou ao Estado, como Fiscal Tributário e Inspetor que era do Departamento de Rendas Internas, da Secretaria das Finanças.

Tendo sido nomeado e tomado posse naquele cargo em 1950, o ex-funcionário Ariovaldo Hergo sempre se dedicou ao exercício das suas atribuições, com probidade, eficiência e zelo, adquirindo, mercê de suas qualidades funcionais e pessoais, o respeito e a consideração de seus superiores e colegas. Daí o projeto que ora submetemos à apreciação dos nobres e ilustres Pares, na certeza de que haverão de aprová-lo, por ser de justiça.

PROJETO DE LEI N.º 78/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A.

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a “Associação dos Servidores do Instituto de Previdência do Estado”, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1978.

(a) FABIANO BRAGA CÔRTEZ

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem prestando serviços sociais e culturais ao seu corpo associativo, congregando e confraternizando uma célula social dentro da comunidade global da nossa Sociedade.

A documentação que anexamos ao presente, comprovam o preenchimento dos requisitos essenciais exigidos pela legislação que regulamenta o Instituto da Declaração Pública em nosso Estado.

Com isso esperamos contar com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta Casa.

PROJETO DE LEI N.º 79/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica criado no Município de Santa Helena, o Distrito Administrativo de São José com sede na localidade do mesmo nome com as seguintes divisas: começa no arroio Boas Novas, onde o mesmo atravessa a divisa sul da Fazenda Britânia, por essa referida divisa no rumo oeste-leste até o Rio São Francisco Verdadeiro, subindo pelo mesmo rio até o Rio Quitéria, por este, acima até a foz da primeira santa da margem esquerda; por esta sobe até a sua nascente onde em linha reta e numa linha seca alcança a cabeceira do córrego Apepú, por este abaixo até encontrar o rio São Francisco Falso, Braço do Norte, por este abaixo até a foz do córrego Serrinha; por este acima até sua nascente; dali em linha seca até a nascente do arroio Boas Novas e por este arroio até a divisa Sul da Fazenda Britânia, ponto de partida.

O Distrito Administrativo de São Clemente, de onde desmembra São José ficará com os seguintes limites: — começa no arroio Boas Novas onde o mesmo atravessa a divisa Sul da Fazenda Britânia, subindo por este até o arroio até sua nascente dali em linha reta e numa linha seca, até a nascente do córrego Serrinha, por este abaixo até a sua foz no Rio São Francisco Falso, Braço Norte, por este abaixo até sua foz no Rio Paraná; onde este acima até a foz do Rio Felicidade; por este acima até a divisa da Fazenda Britânia e por este, rumo Oeste-Leste até o arroio Boas Novas, ponto de partida.

Em razão do desmembramento pretendido, o Distrito de São Clemente ficará com um número de habitações superior a 150 e uma população aproximada de 6.000 habitantes.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1978.

(a) EGON PUDELL

JUSTIFICATIVA:

O crescente desenvolvimento por que vem passando o Município de Santa Helena, está a exigir uma transformação na sua estrutura administrativa.

Estrutura administrativa que deverá estar voltada para atender com melhores perspectivas o crescimento agrícola, econômico e social daquela comuna.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Está finda a leitura do expediente.

A Presidência anuncia com satisfação a presença, no Plenário, do Vereador Celestino Alves de Souza, da ARENA; do Município de Ivaiporã.

Ao nosso visitante, que se encontra nas galerias de honra, esta Presidência e a Mesa desejam uma boa estada.

Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ontem, à noite, a cidade de Paranaguá viveu um momento de rara beleza. Conseguiu reunir no Palácio dos Esportes nada menos de duas mil pessoas, que assistiram e vibraram com uma

partida de basquetebol, entre duas equipes, uma americana, representada pelo Marietta College, do Estado de Ohio; e o Clube Literário de Paranaguá, que, diga-se de passagem, é o campeão naquela categoria de esportes do Estado do Paraná. E a afluência do público foi tamanha, a vibração foi das maiores, em função do transcorrer da partida, havendo uma igualdade no marcador, durante quase todo o tempo regulamentar.

E a nossa presença, nesta tribuna, é para enaltecer a Diretoria do Clube Literário, através do seu Presidente — Dr. Joaquim Tramuja Filho, que levou para aquele logradouro de esportes, nada menos do que cinco vezes o que Curitiba conseguiu fazer numa partida no dia anterior, com a mesma equipe paranaense.

Evidente que, Paranaguá, uma cidade do interior não poderia sequer igualar o número de espectadores que Curitiba proporcionou. Entretanto, a arrecadação, segundo disse Nelson Gomel, que lá estava presente, e o outro repórter que milita no setor esportivo, que a cidade de Paranaguá estava de parabéns por isso e em função desse acometimento eu proponho um voto de congratulações àquela Diretoria do Clube Literário, pelo brilhante feito conseguido em Paranaguá, elevando mais ainda o nome do futebol do Esporte Amador, na categoria de basquetebol.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Waldenício Barbalho.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A região noroeste do Paraná será beneficiada com a construção de usinas, a Usina de Rosana, que fica na confluência dos Rios Paraná e Paranapanema e a Usina de Primavera, que fica no Rio Paraná.

Embora tenha sido anunciado o requerimento, a sua justificativa não foi lida, e para isso é que estou na tribuna, para esclarecer ao Sr. Presidente e aos Srs. Deputados: (Lê)

“O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício a Sua Excelência, o Senhor Governador do Estado, no sentido de que seja determinado, com máxima urgência à Secretaria dos Transportes, providências visando a concretização do asfaltamento, já projetado por aquele órgão estadual, da estrada que liga as cidades de Diamante do Norte, Itaúna do Sul e Nova Londrina.

Tal solicitação se fundamenta tendo em vista que com a autorização recente do Presidente da República à CESP (Centrais Energéticas de São Paulo), para a construção de usinas hidrelétricas de Rosana e Primavera, as cidades de Diamante do Norte, Itaúna do Sul e Nova Londrina, deverão passar por um processo de verdadeira explosão demográfica.

Com efeito, a Usina de Rosana a ser construída pela CESP na confluência dos Rios Paranapanema e Paraná, ficará a uma distância de apenas seis quilômetros de Diamante do Norte, onde se encontra instalada há alguns meses e em plena atividade, a firma projetista Wilder Kaiser S/A.

Muito embora o objetivo das usinas seja gerar energia para a CESP, a preferência natural das firmas construtoras, no que diz respeito a localização dos seus escritórios e parques de máquinas são as cidades do noroeste do Estado do Paraná, muito mais próxima das obras. Os imóveis urbanos das cidades referidas se encontram valorizados ante a perspectiva do fluxo populacional já iniciado, prevendo-se na construção da usina de Rosana que vai gerar apenas trezentos e vinte mil quilowatts, emprego para mil e quinhentos operários não qualificados.

Muito maior será a demanda na hidrelétrica de Primavera que terá capacidade para um milhão e oitocentos mil quilowatts. Esta será construída no Rio Paraná na localidade do

mesmo nome, a uma distância de apenas 20 quilômetros da cidade de Nova Londrina.

O noroeste do Paraná será extraordinariamente beneficiado com a construção dessas usinas ante o emprego para milhares de paranaenses e o crescimento vertiginoso de suas cidades muito mais próximas das obras e em condições de oferecer maior conforto à mão-de-obra qualificada ou não, que as cidades de São Paulo.

Dai a necessidade, em caráter de urgência, do asfaltamento, já projetado pelo Governo, entre as cidades de Dimante do Norte, Itaúna do Sul e Nova Londrina.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1978."

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Esta Presidência tem a satisfação de anunciar que se encontram nas galerias de honra da Assembléia Legislativa, os visitantes: Alcides Villas Boas Filho, Vereador de Bela Vista do Paraíso e Emílio Rampaso Neto, Vereador e Vice-Presidente daquela Câmara.

Aos ilustres visitantes, esta Presidência deseja uma boa estada.

Concedo a palavra, ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "A voragem fiscal dos municípios, começa a se fazer sentir na região metropolitana. E seguindo o triste exemplo, da minha cidade base, Cascavel, que iniciou através do Prefeito Municipal, no exercício de 77, uma nova era, nos sistemas de lançamento de impostos predial e territorial e urbano, a população de vários municípios de nosso Estado vem sofrendo com as majorações excessivas, decorrentes de "reavaliações" dos valores venais dos imóveis, como se a culpa da inflação brasileira coubesse àqueles que há muito custo conseguem manter sua casa própria!

Temos em mãos, Senhores Deputados, uma dessas já tristemente famosas reavaliações de imóveis, desta feita procedida no Município de São José dos Pinhais, quando o valor venal de Cr\$ 8,00 (oito cruzeiros) no exercício de 1976 foi "atualizado" para Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) por metro quadrado, no corrente exercício, ocasionando uma elevação de 1.250% (mil, duzentos e cinquenta por cento) em apenas dois anos!

Como se não bastasse, o imposto predial de uma pequena casa de madeira, com apenas 63,00 m² construído, em terreno normal de 653,00 m², passou de Cr\$ 176,60 (cento e setenta e seis cruzeiros e sessenta centavos) para a exorbitante quantia de Cr\$ 1.210,20 (um mil, duzentos e dez cruzeiros e vinte centavos) no corrente exercício, condicionado um possível atraso na multa que causará nova majoração do imposto para Cr\$ 1.561,56!

Este, o prêmio que o Prefeito Piovesan (aquele que resolveu sair do MDB para abraçar o Partido do Governo) resolveu dar aos seus antigos eleitores, que hoje reconhecem na Vereadora Thelma Dorneles Dantas sua legítima defensora! Resolvemos trazer o problema que aflige hoje a pacata e ordeira cidade de São José dos Pinhais, sem qualquer objetivo de ordem política, pois, outros parlamentares que aqui tomam assento certamente não deixarão de zelar pelo Município que os ajudou a eleger.

Trazemos este problema, porque o início dessa malfadada bola de neve surgiu da administração de Cascavel, município que temos a honra de representar e defender nesta Casa!

Na minha cidade, no exercício de 1977, o Prefeito Municipal usando o artifício da elevação dos valores venais dos imóveis, conseguiu majorar os impostos predial e territorial em valores considerados exorbitantes pelos seus próprios companheiros de Partido, os quais, conjuntamente com o MDB, aprovaram a Lei Municipal n.º 33/77, limitando essa majoração. Descontente com sua derrota, o Prefeito recorreu ao Judiciário, promovendo Representação por Inconstitucionalidade da

quela lei municipal, e, na Arguição de Inconstitucionalidade n.º 1/77, acabou conseguindo, por parte do Juiz Substituto, uma liminar, pela qual teria sido "suspensa a vigência da lei".

Usando de artifício enganoso e de falsas premissas, o Prefeito de Cascavel mandou publicar no jornal de sua propriedade que o Tribunal de Justiça havia cassado a vigência da lei e obrigou os contribuintes municipais a pagarem os impostos com elevação dos valores, sem obediência à Lei Municipal n.º 33/77.

Ocorre, Senhor Presidente, Senhores Deputados, e demais representantes de São José dos Pinhais, que, na realidade, a Lei Municipal n.º 33/77 do Município de Cascavel ainda se encontra EM PLENA VIGÊNCIA!

FAZEMOS UM REPTO, DESTA TRIBUNA, PARA QUE O PREFEITO MUNICIPAL DE CASCAVEL APRESENTE O DIÁRIO DA JUSTIÇA EM QUE FOI PUBLICADO O DESPACHO DO RELATOR QUE CONCEDEU AQUELA LIMINAR!!!

Sem publicação daquele despacho, a decisão não gerou, ainda, qualquer efeito jurídico, e, assim, as cobranças de impostos, de maneira escorchantes, são ilegais, da mesma maneira que o foram outras transações duvidosas levadas a público por um Vereador do MDB, o que gerou contra si um processo criminal hoje não recebido pela autoridades judiciárias de Cascavel, e, que provocou o reconhecimento público de Sua Excelência, o Prefeito Municipal, de que houvera "ENGANO" na tramitação e aprovação da lei que o levava a praticar aqueles atos ilegais, conforme foi amplamente noticiado pela imprensa livre que felizmente ainda existe em minha cidade!

Após ter sido dada entrada da Arguição de Inconstitucionalidade n.º 1/77, informa-nos o Tribunal de Justiça que advogado contratado pelo Prefeito ou pela Prefeitura teria levado os autos para "vista" por alguns dias e, contrariando o prazo que lhe fora concedido, esqueceu de devolvê-los, retardando, assim a decisão final daquele feito.

Enquanto isso, a Prefeitura de Cascavel lança os impostos de 1978 computando nova majoração sobre a majoração "sub-judice" e torna insuportável o ônus que de forma irregular impõe a seus contribuintes de impostos.

Esta a razão, pela qual rogamos ao egrégio Tribunal de Justiça, que proceda a cobrança dos autos, examine as razões de direito e de Justiça e, sendo de direito, mande cassar a liminar que ainda não gerou qualquer direito ou obrigação, pois, não consta que tenha sido publicada em Diário Oficial e acalme os ânimos da população de Cascavel, dando novo alento para os contribuintes de impostos de São José dos Pinhais, algumas cidades praianas e outros que estão sendo sacrificados por essa majoração leonina, absurda e irracional que temos tido notícia.

Não é possível que se admita, em nosso Estado, a prática desses atos, contra seus cidadãos e contra o patrimônio de sua população, após o brilhantismo com que se desenvolveu, nesta Capital, a VII Conferência da Ordem dos Advogados do Brasil, na qual se apregou, de início a final, a defesa do homem e a contínua busca da Paz e Justiça Social, fatores que não podem ser rompidos por alguns poucos e despreparados Prefeitos Municipais que colocam em dúvida estarem honrando seus mandatos, pois, se foram eleitos pelo povo, não deve jamais se esquecer do princípio máximo de todas as nossas Cartas Magnas: TODO O PODER EMANA DO POVO E EM SEU NOME DEVERÁ SER EXERCIDO!

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo hoje esta tribuna, por entender que deva ao menos prestar um esclarecimento, tendo em vista o envolvimento de minha terra natal em nota divulgada no último domingo, através do jornal "O Estado do Paraná", que, ao tecer críticas ao ex-Se-

cretário da Administração, João Eliseo Ferraz de Campos, também fazia críticas à pessoa do Sr. Governador Jayme Canet Júnior, como se alguma responsabilidade S. Ex.^a tivesse naquele episódio.

E venho à tribuna apenas, para dizer a esta Casa, aos Srs. Deputados, de que nós conhecemos, profundamente, o fato verificado em termos da cidade em que nascemos, a cidade de Castro.

Acontece que, infelizmente, um moço, que ocupou a Secretaria da Administração e que a deixou, para disputar uma cadeira nesta Assembléia Legislativa, talvez por inabilidade, ou, por infantilidade, ou talvez, quem sabe, até por molecagem, está desesperado em busca de condições, para tentar encontrar uma vaga na Assembléia Legislativa; esteve no meu município e lá, perante um grupo de políticos que conseguiu reunir, dizia que estava liberando verbas para a reforma do Grupo Escolar Lineu Madureira Novaes.

Altamente estranho sem dúvida alguma, e, nisto não posso tirar razão ao articulista da matéria, porque, fica assim meio sem explicação de, como, um cidadão que foi Secretário, que, hoje, possa liberar verbas para a construção de blocos escolares.

Na verdade, Srs. Deputados, apenas existe no orçamento para a reforma daquela escola — reforma que estamos pedindo há mais de um ano mas que está dentro de um critério de prioridades porque Castro, diga-se de passagem, tem sido atendida no programa de reformas, através da Secretaria da Administração, porém ainda com a lei encaminhada à Câmara Municipal para a votação, cuja lei não foi ainda nem sequer votada pela Câmara Municipal de Castro, após o que, virá a Curitiba, para a Secretaria da Administração para que, futuramente se estabeleça o convênio e, depois do convênio se possa, então, liberar verbas. Como se nota, há muita distância.

Foi apenas um lance político do ex-Secretário evidentemente afoito à busca de votos, como está, correndo e peregrinando pelo interior. É uma forma de fazer política, cada um tem a sua. Por isto digo, sempre, que, há políticos e há politiquinhos, mas, não vejo, no episódio, razões para que, apenas pelo comportamento de um político, ou um politiquinho na sua campanha política, se possa também envolver um nome, como no caso do Chefe do Executivo paranaense, que, nada tem a ver com aquilo que está acontecendo.

Talvez já devesse ter trazido este assunto à tribuna. Não o fiz, na época, preferi silenciar-me porque entendi que são problemas até mesmo de políticos, ou, politiquinhos. Agora, através de matéria publicada no jornal de Castro, e, agora comentada no jornal "O Estado do Paraná", entendi que deveria pelo menos ressaltar o nome do Sr. Governador, eis que conheço o problema, acompanhei o problema e que absolutamente nada tem a ver com aquilo que fez, faça, ou possa vir a fazer o Sr. João Eliseo Ferraz de Campos.

Dito isto, eu apenas digo: ponto final, parece-me que nada mais se tem a comentar e, aqueles que entendam, poderão tirar as suas conclusões!

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)
O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz, inscrito.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Os jornais de ontem noticiaram, com destaque, a Ordem do Dia do Sr. Ministro do Exército, utilizada para promover as homenagens de despedida do General João Batista Figueiredo, que passou para a Reserva.

Tal registro, elogioso, regulamentarmente, não caberia, ao Sr. Ministro, face estar, o distinto General, subordinado à Presidência da República como bem o afirma o próprio documento: pelos méritos militares do homenageado, nada mais justo, no entanto, tal manifestação do Sr. Ministro.

Causou, entretanto, Srs. Deputados, espanto, à Nação, algumas afirmações que, totalmente válidas na voz de um Ministro de Estado, cargo eminentemente político. "Não poderiam e nem deveriam envolver a instituição Exército como um todo", afirmou o Sr. Ministro, na ordem do dia que os jornais publicaram na data de ontem.

"A indicação de Vossa Excelência teve o apoio do Exército que confia na sua capacidade, no seu conhecimento da situação nacional e sobretudo na sua formação moral e inteireza de seu caráter". "Essas as maiores garantias de que fará um Governo justo, equânime e progressista, todo ele voltado para o bem do nosso povo, objetivo máximo de todos os Governos que se sucederam após a Revolução de 31 de Março de 1964, da qual V. Ex.^a é lícito representante, já que nela se empenhou com todo o ardor e convicção, característicos de sua atuação em todas as ocasiões em que foi chamado a intervir".

Estas foram as palavras ditas pelo Sr. Ministro.

Senhores Deputados, ao afirmar o apoio do Exército e prever pelas qualidades do General Figueiredo, um Governo justo, equânime, ordeiro e progressista, o Sr. Ministro, falando em nome da Instituição, coloca em situação difícil, senão vejamos; primeiro: o General Figueiredo é candidato à Presidência da República, por indicação do Presidente Ernesto Geisel e referendado em festejada Convenção da Aliança Renovadora Nacional. Admitir a necessidade do apoio do Exército, é diminuir a autoridade da indicação do atual Presidente, e transformar a Convenção da Arena em simples ato homologatório, subserviente e acovardado, além de diminuir as virtudes não negadas do candidato. Como afirmou o Senador Paulo Brossard, lembrando Castello Branco: desde que fosse próprio ao Exército, apoiar candidatos à Presidência da República, também lhe seria lícito desapoiar e isto seria adequado à natureza das Forças Armadas? Segundo: o Sr. Ministro ao prever um Governo justo, equânime, ordeiro e progressista, se antecipa à decisão do Colégio Eleitoral, esquecendo que o homenageado é apenas um candidato. A antecipação dos resultados não só declara a inutilidade do Colégio Eleitoral, como soa como aberta coação sobre seus membros. Além disso, fica no ar para todos os brasileiros uma pergunta: tal apoio externado pelo Sr. Ministro do Exército, é extensivo aos novos "incitados" brasileiros, isto para não usar o termo considerado pelo Sr. Presidente da República, de pejorativo de Senador Bionício? Será que o Exército brasileiro está também apoiando os incitados brasileiros? Será que o Exército brasileiro está apoiando também o "pacote de abril"? Será que o Exército brasileiro está apoiando as medidas econômicas de concentração da riqueza? Será que o Exército brasileiro está também apoiando os Haroldos Leons Peres do passado, do presente e os do futuro? Será que esta instituição brasileira está apoiando as "simonetas"? Estará esta organização apoiando também as mordomias?

Senhores Deputados. Pelo que conhecemos de oficiais do glorioso Exército Brasileiro, não cremos que se possa afirmar estar o nosso Exército engajado a tal apoio. As afirmações do Sr. Ministro, inclusive, contradizem o esforço feito a nível internacional, pelo Presidente Geisel, em apresentar o país como um país em processo de democratização. Afinal, para repetir uma frase conhecida — afinal que país é este, onde um candidato é saldado em nome do Exército como já eleito antes das manifestações das urnas? Até mesmo, Senhores Deputados, na República Dominicana, esperou-se os primeiros resultados, para então, vitoriosa a oposição, lacrimarem-se as urnas. Aqui pretendem lacrimarem-se as urnas antes da sua manifestação. Estamos nesta tribuna e neste momento, a afirmar à Assembléia Legislativa do nosso Estado, de que nós não estamos numa "República" da América Latina, onde alguns militares ao se verem derrotados nas urnas, recolhem as mesmas e debaixo do braço as levam para suas casas para tentarem acomodar um resultado antes de que os mesmos fossem divulgados.

Felizmente, Srs. Deputados, o Exército Nacional como por demais a Marinha e a Aeronáutica do nosso País, têm uma tradição que as distinguem totalmente das demais na América Latina. A História Pátria é cheia de exemplos de como as nossas Forças Armadas têm se comportado nos momentos de crise. Foram os nossos militares que em plena ditadura de Vargas exigiram a entrada do Brasil na segunda Grande Guerra, em defesa, nada mais, nada menos dos ideais democráticos. Foram eles que na redemocratização do País, cederam dois dos principais candidatos à Presidência, General Eurico Gaspar Dutra e Brigadeiro Eduardo Gomes, que com a vitória do primeiro propiciaram ao País o mais civil dos governos que já tivemos.

Enfim, Srs. Deputados, foi do nosso Exército que saiu a figura do grande responsável pelos maiores momentos de pacificação nacional, o General Luiz Alves de Lima e Silva — Duque de Caxias. Este mesmo Caxias, que após o combate de Porongos, derrotados os Farroupilhas, o Estado do Rio Grande do Sul com todo o seu brio ensanguentado, esse mesmo Caxias já coberto de glórias trazidas de outros Estados da pacificação da Nação, esse mesmo Caxias recusa um “te deum” de regozijo respondendo àqueles que lhe sugeriam tal homenagem: “Não irei”. “Mande rezar missa por alma dos mortos que comparecerei com os meus oficiais”, pois os mortos eram todos brasileiros.

Grande lição. Brasileiros também o são todos aqueles que pretendem um País democratizado e a eles, temos a certeza, o Exército de Caxias não faltará.

O Sr. Renato Bernardi — V. Ex.^a me permite um aparte? (Assentimento).

Estou ouvindo o pronunciamento de V. Ex.^a com toda a atenção e vejo nessa manifestação do Sr. Ministro do Exército, mais do que uma causa, um efeito. E acho que dentro do quadro atual tem um significado todo especial, porque esses 14 anos que se prolongam na História do Brasil, em que o “slogan” fundamental se baseia no binômio, segurança-desenvolvimento, colocando a democracia como um bem supérfluo que será concedido ao povo quando outros atributos forem conseguidos, mostra, claramente, que a Nação como um todo está exausta, cansada e acima de tudo, saturada de tanto arbítrio, tanta violência e tanta exceção.

V. Ex.^a aborda o aspecto da função da eleição do Presidente da República como uma simples homologação. E efetivamente o quadro todo da exceção e do arbítrio está montado para que a partir das nomeações de caráter eminentemente pessoal toda essa farsa eleitoral se constitua apenas na unção final dos escolhidos e dos eleitos da minoria que detém o Poder há tanto tempo.

Mas, no preciso momento, em que se faz uma festa a um candidato, e se procura dar a ele, um tipo de apoio, além das fronteiras eminentemente partidárias, pois função fundamental dos partidos, é a indicação e a condução dos candidatos até o resultado final das urnas. Esta ação é altamente sintomática, prova efetivamente, que o divórcio entre um Estado e a Nação é tão grande e é tão profundo, que o dia da alvorada da democracia está por chegar. Que num momento em que se abrem as fronteiras da legalidade para buscar além dos partidos, apoio que somente a um partido político se deve procurar, é uma prova evidente, que está faltando base, está faltando sustentação, e portanto, os democratas do País, têm aí a sensação, de que bem mais cedo do que eles desejam, a democracia e a redemocratização hão de voltar para a Nação brasileira, eliminando este violento e arbitrário divórcio que existe entre os desejos do governo e os anseios da Nação.

Era o aparte.

O SR. DENI SCHWARTZ — Deputado Bernardi:

V. Ex.^a falou em alvorada da democracia. Realmente, por estarmos às vésperas da alvorada da democracia, quando os primeiros raios já se vislumbram no nascente, é que não

podemos nós, da classe política, admitirmos que se envolva uma instituição como o Exército naquilo em que não deve ser envolvido; quando homens políticos, da Arena e MDB, procuram soluções, quando homens como os empresários, os advogados, os religiosos, procuram saídas para o impasse institucional em que nós vivemos, não poderemos e não devemos admitir, que se procure coagir até o próprio colégio eleitoral, instituído por regras casuísticas, por leis casuísticas, como o “pacote de abril”, que se coajam, estes membros desse colégio eleitoral, com a proclamação de eleitos, antes sequer de que esses membros tenham ido às urnas, e que à semelhança da República Dominicana, não se queiram forjar resultados antes das urnas estarem abertas.

Tem o aparte o Deputado Barbalho.

O Sr. Waldenício Barbalho — Deputado Deni Schwartz, quero emprestar a V. Ex.^a, a minha integral solidariedade. Confesso que senti um natural mal estar, ao ler no “O Estado do Paraná” a solidariedade declarada pelo Ministro do Exército, ao candidato João Batista Figueiredo, da ARENA, e senti porque, como soldado que fui, convocado para a Segunda Grande Guerra, sei que exército não é partido, como muito bem disse o Senador Paulo Brossard.

Por isso mesmo, não entendi a declaração de um Ministro de Exército, dando integral apoio a uma candidatura política. Ainda bem que a sua declaração conflita com a declaração hoje, publicada no mesmo jornal, de S. Ex.^a o Gal. Tácito Teófilo, Chefe do Estado Maior das Forças Armadas. Ainda bem que há o conflito. Mas, exatamente, dentro desse conflito é que perde o prestígio, o Exército brasileiro e as Forças Armadas. Porque há um desentendimento profundo entre eles. Os chefes de uma instituição como o Exército, devem ser respeitados. Por isso jamais deveria ter feito uma declaração destas. Louvo a declaração do Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, a quem, salvo erro ou engano, S. Ex.^a subalterno hierarquicamente. Entendo que a segunda declaração veio trazer tranquilidade à Pátria Brasileira. As Forças Armadas têm o poder de julgar, idêntico àqueles que têm os juizes e os tribunais. Exatamente por isso que devem ser imparciais. Na hora em que se associa a um Partido político, para dar apoio a seus candidatos, perde a sua mais importante característica: a importância da imparcialidade. Por isso, nobre Deputado, li no jornal que V. Ex.^a me deu a nota do nobre Senador Paulo Brossard e me solidarizo aos seus conceitos, protestando contra a nota do Ministro do Exército, mas entendendo ao mesmo tempo, que a nota de S. Ex.^a o General Tácito expressa como foi, veio trazer tranquilidade à Nação Brasileira.

Muito obrigado a V. Ex.^a.

O SR. DENI SCHWARTZ — Agradeço o aparte de V. Ex.^a e o fato de ter lembrado a posição do nosso Exército, que tem sido realmente, no decorrer da história, o verdadeiro poder moderador desta Pátria.

Prova a História Pátria, que as Forças Armadas quando solicitadas a intervir, intervieram e devolveram o poder a quem de direito. Até 1964, as Forças Armadas foram no Brasil um verdadeiro poder moderador. E mesmo depois de 1964, a proclamação do então eleito Presidente da República, Humberto Castelo Branco, era no sentido que de transitoriamente o Poder pertenceria nas mãos do Exército, no caso, para posteriormente ser devolvida. Não ao civil, porque não faço distinção entre civil e militar, mas ao povo, através de eleições. O que infelizmente não ocorreu.

O Sr. Fidelcino Tolentino — V. Ex.^a permite um aparte? (Assentimento).

O Brasil vive politicamente claudicando já há algum tempo. E a exemplo do que ocorreu no México, recentemente sob a pecha de uma grande democracia, a imprensa nacional, há poucos dias, declinava um misto da confusão gerada pela aspiração do trabalhador brasileiro, dos metalúrgicos. As gre-

ves generalizadas em São Paulo, os estudantes em manifestação, embora debaixo de sufoco, clamam por uma Pátria unida, por uma Nação verdadeiramente fraterna. E qual a garantia dessa fraternidade para que os co-cidadãos brasileiros, possam se confraternizar? Possam se doar mutuamente, tributar confiança, em si, mas autoridade no seu trabalho, na destinação e no próprio destino da sua Nação? Se não, o estribo, o esteio, a segurança que dão às Forças Armadas. E o que nós vemos, Sr. Deputado, é aquele temor que agora se expressa, a instituição conservadora, a instituição respeitável que preservava, pelo menos até ontem, a unidade nacional, a integridade do povo brasileiro, a segurança de seus destinos, se declarando, através de seu representante maior, o Ministro do Exército, se declarando solidária, ou coesa, para com um candidato. Logo, Sr. Deputado, se tornou parcial; se tornou tendente, vinculada a uma candidatura. Esta é a interpretação não minha, Sr. Deputado, mas que a imprensa nacional faz. E hoje, o próprio jornal "O Estado de São Paulo", em editorial fala, interpreta, que o Exército Nacional, ou o seu Comandante, faz entender que, ali, aquela instituição está se tornando num grande partido. Evidentemente, com a força que tem, com o poder de decisão que tem, incontestável que é, pelo caráter cívico do povo brasileiro, ordeiro que é pelas suas origens latinas, não irá contestar.

E qual é a segurança, pergunto eu, Sr. Deputado, que dele podemos ter, ou esperar, quando se declara que apoia, se solidariza, ou que está coesa em torno de um candidato. O problema é de ordem semântica só. Mas, na interpretação objetiva, evidentemente, que se declarou favorável a um único candidato.

Isso não é democracia, Sr. Deputado. Porque todos nós temos o direito de falar. Não só de falar, mas de pedir com insistência para que a soma do maior pensamento nacional seja respeitado e que este País volte à democracia; que este País se restabeleça; que este País restaure suas instituições mais valiosas: que se volte ao Estado de Direito; que se façam eleições livres e abertas e que as urnas não sejam levadas às dúvidas de seus resultados.

É isso que queremos, não do Exército Nacional, mas de todos os Chefes supremos desta Nação, sejam eles investidos em altos cargos de direção nacional, ou sejam responsáveis, indiretamente, pelos destinos deste País.

É isto que queremos. Nós não, mas estamos aqui representando a vontade do povo brasileiro, aqui e alhures. Nos outros Estados também é preciso que hajam vozes autorizadas para reclamar, transmitir esta preocupação que existe em toda a sociedade brasileira.

O problema nacional, como bem disse V. Ex.^a, reside não só numa crise de autoridade, mas reside também, e principalmente, no encontro de um modelo econômico, de uma fórmula institucionalizadora do regime democrático. E que se restaure, imediatamente, como já disse o Ministro do Supremo Tribunal Militar, que se restaure já a democracia. É isso que o povo brasileiro deseja.

Muito obrigado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Deputado, posso afirmar a V. Ex.^a que o Sr. Ministro falou sozinho. Pensou falar em nome do Exército. Nem estava autorizado, porque, em admitindo que o estivesse, teríamos de admitir que, amanhã, outro Ministro de outra Arma, viesse e apoiasse outro candidato, e estaria feita a divisão. Divisão das Forças Armadas que nós, da Oposição, estamos sendo diariamente acusados de estarmos pretendendo. E, na verdade, hoje, se divisionista existe neste País, é o Ministro do Exército.

Quando entrou numa seara, não ele pessoalmente, mas como representante de uma instituição, que lhe é proibida; lhe é proibida porque o Exército não o autorizou e nem o poderia autorizar, de falar em apoio a candidaturas de quem quer que fosse.

Não só o Exército, como a Marinha e a Aeronáutica. E se hoje, repito, alguém está tentando dividir as Forças Armadas neste País, o único e exclusivo responsável é o Sr. Ministro do Exército, que numa má hora resolveu virar cabo eleitoral e transformar o glorioso Exército desta Nação numa facção

política.

Termino, Srs. Deputados, para que esta Casa registre em seus Anais a nota oficial expedida pelo eminente Senador Paulo Brossard a respeito do assunto. Nota esta que lerei, repito, para que conste dos Anais desta Casa.

A nota é a seguinte:

"Segundo o Ministro do Exército, a escolha do General Figueiredo para candidato da Arena à Presidência da República, teve o apoio do Exército."

Esta assertiva causou-me estupefação, porque ainda me lembro da circular do então General Humberto de Alencar Castelo Branco, de março de 64, e indago se é atribuição do Exército apoiar candidatos à Presidência da República. Desde que lhe fosse próprio apoiar também lhe seria lícito desapoiar candidatos. E isto adequado à natureza das Forças Armadas? Instituições nacionais e permanentes, as Forças Armadas não podem ser utilizadas para dar ou negar apoio a candidatos de uma parcialidade.

As Forças Armadas pertencem à Nação, e por ela são mantidas, pela sua própria natureza, e por força de lei, não podem ser associadas a uma ou outra facção.

As Forças Armadas não podem ser transformadas em instrumento de ação partidária. Quem diz Partido, diz parte. E as Forças Armadas são nacionais. O caráter nacional da instituição exclui o caráter parcial inerente a todo e qualquer partido.

De outro lado, entre as atribuições legais do Ministro do Exército não se inclui a de dar ou negar apoio a candidato algum.

Como brasileiro protesto: protesto como Líder da Oposição parlamentar no Senado, contra o ato do Ministro de Estado, que, à margem da lei, entendeu de manifestar apoio a um candidato à Presidência da República. As leis do País não lhe permitem essa faculdade e a natureza das Forças Armadas, fixada em lei, lho proíbe."

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Consulto a liderança do Movimento Democrático Brasileiro sobre se deseja ocupar o espaço regimentalmente cedido ao Partido.

O SR. ENÉAS FARIA — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Consulto a Aliança Renovadora Nacional, sobre se deseja ocupar o espaço que lhe é reservado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 39 Srs. Deputados.

Convoco o Sr. 1.º Vice-Presidente para assumir a Presidência, porquanto a Presidência recepciona no Salão Nobre, o Senhor João de Mattos Leão, Diretor da 6.ª Região do Banco do Brasil.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoato, constante do expediente, solicitando que a sessão plenária do dia 1.º, seja antecipada para o período matutino, às 10,00 horas, em virtude da abertura da Copa do Mundo de Futebol. — Em votação.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela ordem). Sr. Presidente, eu queria consultar à Mesa, se fôr mudada a sessão para o horário matutino no dia de amanhã, se terá Ordem do Dia de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Necessariamente, a inclusão da Ordem do Dia não é exigência regimental. Podem ser realizadas sessões plenárias, sem a pauta da Ordem do Dia. Não há, regimentalmente, obrigatoriedade que conste matéria.

O SR. ENÉAS FARIA (Pela ordem). — Sr. Presidente, em última análise, se se proceder o adiamento da sessão, nós viremos amanhã a esta Casa e não teremos oportunidade de apreciar Ordem do Dia alguma?

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Não há tempo para o interstício das 24 horas, razão pela qual realizar-se-á a sessão matutina, com o expediente, normal, todavia, na Ordem do Dia, tão somente os requerimentos que serão apresentados durante a sessão, objetos de deliberação, portanto, todas as matérias que não exigem interstício de 24 horas.

Este requerimento, desde que apresentado por um Sr. Parlamentar da bancada independente, ficam as duas bancadas no afã de definirem sobre a sua votação.

Em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoato.

O SR. DÁCIO LEONEL (Para encaminhar a votação). — Sr. Presidente, por razão primeira, em função já das respostas da Mesa às indagações do Plenário com referência à Ordem do Dia de amanhã, e, segunda, porque não me parecer assim que seja motivo tão relevante para esta tomada de posição, apenas o encaminhamento da votação para definir a minha posição, contrariamente ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Mesa registrará o voto contrário de V. Ex.^a. Em votação, o requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoato. — Rejeitado o requerimento.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 59/77, de autoria do Deputado Lineu Turra, que inclui no Plano Rodoviário Estadual para pavimentação asfáltica a estrada Palmeira-São João do Triunfo-São Mateus do Sul. Com Parecer contrário da C.C.J., por maioria e favoráveis da C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — Aprovado.

O SR. DENI SCHWARTZ — (Pela ordem). — Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — A Mesa defere.

Em votação o Projeto de Lei n.º 59/77.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela ordem). — Sr. Presidente, requeiro chamada nominal; antes da votação.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — A Presidência atende, dizendo a V. Ex.^a que com a verificação de votação, automaticamente será feita a chamada nominal. Eis que serão contados os votos.

Em votação o Projeto 59/77. — Os Senhores Deputados que o aprovam, queiram se levantar. Os que o rejeitam, permaneçam como estão. Esta Presidência lamenta, mas não há condições de se proceder à votação, porquanto que tem grande parte dos Senhores Deputados que não se levantam e ficam sentados, tanto faz na aprovação como na rejeição do projeto.

Os Senhores Deputados que aprovam o projeto queiram se levantar. Os que o rejeitam permaneçam como estão. — **Aprovado o projeto.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 135/77, de autoria do Deputado Ezequias Losso, que dá nova redação conforme específica, ao artigo 171, da Lei n.º 6174, de 16/11/70. (Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado). Com Pareceres favorá-

veis da C.C.J., por maioria e da C.F. e C.R.H., por unanimidade. — Em Regime de Urgência. — Com emenda. — Em votação

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Senhor Presidente, para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, pela ordem.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Senhor Presidente, eu tenho votado favoravelmente nesse projeto e vou votar favoravelmente, e é louvável a atitude e a iniciativa do Deputado Ezequias Losso, que busca uma nova redação ao Artigo 171 do Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado. A minha mobilização daqui desta tribuna, Senhor Presidente, é unicamente para pedir, além do pedido que a aprovação vai representar, que o Governador do Estado não vete o projeto, que ele acolha o projeto, sancione, para buscar e alcançar os objetivos a que ele visa, o espírito altamente significativo deste projeto, e é com esta moção, é com esta manifestação, que tenho sempre vindo à tribuna desta Assembléia, quando se trata de problema relativo ao funcionalismo, ao servidor do Estado, ao servidor, seja ele o permanente, o temporário. E ainda hoje, Senhor Presidente, via que grande parcela deles, estão a reclamar o reajuste dos seus salários. É o caso dos "PS" mas especificamente nesse projeto, quero crer que a liderança do MDB também encampa esse mesmo pensamento, já pelo caráter de solidariedade que dá, encampa também este pedido de que o Governo do Estado pelo menos sancione uma das iniciativas deste Poder, através de um de seus componentes, componentes do seu próprio Partido. É esta a minha intervenção e o encaminhamento de votação que faço, daqui desta tribuna. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Continua em votação. Em votação a emenda ao Projeto de Lei n.º 135/77. A emenda também é de autoria do autor, já aprovada em 2.^a discussão e votação. Em votação a emenda. — Aprovada. — Em votação o projeto. — **Aprovado.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 08/78, de autoria do Deputado Ivo Thomazoni, que doa ao Município de Medianeira lotes rurais que especifica, para construção do Aeroporto local. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.T.I.C., por unanimidade. — Em regime de urgência. — Aprovado, artigo por artigo.

O SR. DENI SCHWARTZ — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Atendo. Os Srs. Deputados que aprovam o Projeto de Lei n.º 08/78, de autoria do Deputado Ivo Thomazoni, queiram levantar-se. — **APROVADO.**

O SR. DENI SCHWARTZ — Pela ordem, Sr. Presidente. Eu gostaria de saber o resultado.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Os Srs. Deputados que rejeitam o projeto, queiram levantar-se. Vinte e cinco (25) Srs. Deputados votaram favoráveis ao projeto. Nenhum Sr. Deputado votou contrário ao projeto. Consequentemente, não há "quorum" para deliberação.

O SR. LINEU TURRA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lineu Turra.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Atendo. O Sr. 1.^o Secretário procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados para a votação.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO — (Procede a chamada nominal dos

Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Responderam a chamada 32 Srs. Deputados.

Aprovado o Projeto de Lei n.º 08/78.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 04/78, de autoria da Comissão Executiva, que estabelece critérios para provimento dos cargos de Consultor Legislativo, Secretário de Comissão e Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa. — Pareceres favoráveis da C.C.F. e C.R.H., por unanimidade. — Em regime de urgência.

Está observado aqui, um Substitutivo Geral de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto. Em discussão, o projeto e substitutivo.

O SR. DENI SCHWARTZ — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Concedo a palavra para discutir ao Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente.

Estou surpreso, tem um substitutivo Geral na Ordem do Dia não consta isso. Eu não tenho conhecimento do Substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — A Presidência informa ao Deputado Deni Schwartz, que o Substitutivo está sendo apresentado com apoio de 44 Srs. Deputados em 2.ª discussão.

(É feita a leitura do Substitutivo).

“SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 04/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1.º — O provimento dos cargos de Consultor Legislativo e Auxiliar Técnico de que trata o parágrafo 2.º, do Art. 1.º, da Lei n.º 6.965, de 20 de dezembro de 1977, far-se-á pelos critérios de merecimento e de antiguidade, dentre os funcionários estáveis do Poder Legislativo, portadores de diploma de nível universitário.

Art. 2.º — O provimento nos cargos de Secretário de Comissão será feito de acordo com os critérios, requisitos e condições estabelecidos no artigo anterior, excluindo a exigência de diploma de nível universitário.

Art. 3.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1978.

(aa) Ernesto Gnoato, Jurandir Messias, Francisco Escorsin, Aguinaldo Pereira Lima, Augusto Carneiro, Rosário Pitelli, Wilson Fortes, Hélio Manfrinato, Del Ciel, Trajano Bastos, Nilso Sguarezi, Werner Wanderer, Basílio Zanusso, Maurício Fruet, Lázaro Dumont, Valter Pietrângelo, David Federmann, Ernesto Dal'Oglio, Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Luiz Alberto Oliveira, Osvaldo Macedo, Renato Bernardi, Egon Pudell, Lineu Turra, Gabriel Manoel, Otássio Pereira, Ezequias Losso, Domício Scaramella, Gilberto Carvalho, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Erondy Silvério, Dácio Leonel, Waldenício Barbalho, Edilson Alencar, Jorge Sato, Lúcio Machado, Fideleino Tolentino, Nelson Buffara e Fabiano Braga Côrtes.”

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente.

Em 1.ª discussão, nós discutimos o projeto original e não possuo em mãos. Eu só gostaria que V. Ex.ª lesse o artigo 1.º do projeto original, que é o que tem aí.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Esta Presidência tanto pode atender V. Ex.ª lendo, como pode fazer chegar a vossas mãos.

O SR. DENI SCHWARTZ — Solicito.

(É encaminhado o projeto original ao Sr. Deputado).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Esta Presidência avisa ou comunica ao Sr. Deputado Deni Schwartz, que o prazo para discussão, está sendo descontado do tempo que

V. Ex.ª dispõe para discutir. — (Pausa).

Continua em discussão o Projeto de Resolução n.º 04/78. Como ninguém deseja discutir-lo, está em votação o Substitutivo Geral. — **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. ACCIOLY NETO — (Pela ordem). — Sr. Presidente, eu solicito a V. Ex.ª que faça consignar em ata abstenção em relação a minha votação.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Será consignado, Sr. Deputado.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 05/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 02/78, ex-Proposição n.º 61/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Catanduvas, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona a Unidade Sanitária daquele município. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 06/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 02/78, ex-Proposição n.º 62/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Nova Aurora, objetivando reparos no prédio onde funciona a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública do referido município. Pareceres favoráveis da C.C.F., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 07/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 02/78, ex-Proposição n.º 64/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Nova América da Colina, objetivando reparos no prédio do Posto de Saúde daquele município. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 08/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 02/78, ex-Proposição n.º 67/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Presidente Castelo Branco, objetivando reparos nos prédios do Ginásio Estadual Castelo Branco e o Grupo Escolar Castro Alves, na sede daquele município. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 10/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 02/78, ex-Proposição n.º 72/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Conselheiro Mairink, objetivando a execução de obras de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Dona Macária, na sede daquele município. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 11/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 02/78, ex-Proposição n.º 73/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Lupionópolis, objetivando a execução de obras de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Carlos Gomes e o Ginásio Estadual de Lupionópolis, na sede do referido município. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 13/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 04/78, ex-Proposição n.º 81/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação da Secretaria do Planejamento e interveniência da Secretaria de Estado das Finanças e FAMEPAR e o Município de Apucarana, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 14/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 04/78, ex-Proposição n.º 82/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação da Secretaria do Planejamento e interveniência da Secretaria das Finanças e FAMEPAR e o Município de Arapongas, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis e Gasosos. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 15/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 04/78, ex-Proposição n.º 83/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação da Secretaria do Planejamento e interveniência da Secretaria das Finanças e FAMEPAR e o Município de Rolândia, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 16/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 04/78, ex-Proposição n.º 86/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação da Secretaria do Planejamento e a interveniência da Secretaria das Finanças e FAMEPAR, e o Município de Guapirama, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 17/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 04/78, ex-Proposição n.º 87/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação da Secretaria do Planejamento e interveniência da Secretaria das Finanças e FAMEPAR, e o Município de Jaboti, objetivando a aplicação de recursos da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 18/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 04/78, ex-Proposição n.º 88/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação da Secretaria do Planejamento e a interveniência da Secretaria das Finanças e FAMEPAR, com o Município de Japira, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 23/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 20/78,

ex-Proposição n.º 105/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Inajá, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 24/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 02/78, ex-Proposição n.º 60/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Irati, objetivando execução de reparos no prédio do Grupo Escolar Tancredo Martins, localizado na sede do mesmo município. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 25/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 02/78, ex-Proposição n.º 63/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Miraselva, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam a Delegacia de Polícia, a Unidade Sanitária, o Grupo Escolar Júlia Wanderley e a Sub-Delegacia de Polícia, todos localizados em território daquele município. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 26/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 02/78, ex-Proposição n.º 71/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Pinhalão, objetivando a execução de obras de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Princesa Isabel, a Delegacia e Cadeia Pública e a Unidade Sanitária daquele município. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 27/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 02/78, ex-Proposição n.º 74/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Xambê, objetivando a execução de reparos em próprios estaduais, localizado em território daquele município. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 29/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 02/78, ex-Proposição n.º 79/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Medianeira, objetivando execução de reparos no prédio do Grupo Escolar Plínio Tourinho, localizado naquela comuna. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 30/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 04/78, ex-Proposição n.º 85/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação da Secretaria do Planejamento e a Interveniência da Secretaria da Fazenda e FAMEPAR e o Município de Sapopema, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 33/78, de auto-

ria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 33/78, ex-Proposição n.º 111/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação da Secretaria de Estado do Planejamento e interveniência da Secretaria de Estado das Finanças e FAMEPAR e o Município de Francisco Beltrão, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 34/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 33/78, ex-Proposição n.º 114/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação da Secretaria de Estado do Planejamento e interveniência da Secretaria de Estado das Finanças e FAMEPAR, e o Município de Paulo Frontin, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 35/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 33/78, ex-Proposição n.º 117/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação da Secretaria de Estado do Planejamento e interveniência da Secretaria de Estado das Finanças e FAMEPAR, e o Município de Agudos do Sul, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 37/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 38/78, ex-Proposição n.º 124/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de Itaguajé, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 38/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 43/78, ex-Proposição n.º 130/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação da Secretaria de Estado do Planejamento e interveniência da Secretaria de Estado das Finanças — da FAMEPAR e da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, e o Município de Campo Largo, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 39/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 43/78, ex-Proposição n.º 132/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação da Secretaria do Planejamento e interveniência da Secretaria das Finanças da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná, FAMEPAR e da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, e o Município de Piraquara, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 40/78, de auto-

ria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 43/78, ex-Proposição n.º 133/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a participação da Secretaria do Planejamento e interveniência de órgãos que especifica, com o Município de Quatro Barras, objetivando aplicação de recursos do Adicional Imposto sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 41/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 44/78, ex-Proposição n.º 136/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com participação da Secretaria do Planejamento e interveniência da Secretaria das Finanças e FAMEPAR, com o Município de Campo Tenente, objetivando a aplicação de recursos do Adicional do Imposto sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 42/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 44/78, ex-Proposição n.º 138/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com participação da Secretaria do Planejamento e interveniência da Secretaria das Finanças e FAMEPAR, com o Município de Guaraqueçaba, objetivando aplicação de recursos do Adicional do Imposto sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 43/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 45/78, ex-Proposição n.º 140/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de Araucária, objetivando aplicação de recursos financeiros da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, em serviços de desenvolvimento urbano no referido município. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 44/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 45/78, ex-Proposição n.º 142/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Rio Branco do Sul, objetivando aplicação de recursos financeiros da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, na realização de serviços objetivando desenvolvimento do Município signatário. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 49/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 13/78, ex-Proposição n.º 98/78, aprova Termo Complementar e Instrumento de Alteração Parcial ao Acordo n.º 4/75, aprovado através da Resolução n.º 166/75. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 51/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 33/78, ex-Proposição n.º 122/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de Pato Branco, objetivando aplicação de recursos financeiros da Cota Estadual do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 53/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 43/78, ex-Proposição n.º 128/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de Almi-

rante Tamandaré, objetivando aplicação de recursos financeiros da Cota Estadual do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 54/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 45/78, ex-Proposição n.º 141/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de Campo Largo, objetivando aplicação de recursos financeiros da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, na realização de serviços com vistas ao desenvolvimento urbano. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 25/78, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, que dá nova estrutura ao Quadro de Pessoal da Secretaria do Poder Legislativo e dá outras providências. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade.— COM EMENDAS.— EM REGIME DE IRGÊNCIA.—

PROJETO DE LEI N.º 25/78

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

DECRETA:

Art. 1.º — O Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, estruturado em cargos de provimento em comissão e de provimento efetivo, é o constante dos Anexos I, II, III e IV, respectivamente, criados e regidos por esta Lei.

Art. 2.º — Os cargos de provimento em comissão destinam-se aos Gabinetes de representação e ao exercício de encargos de Direção, Chefia, Assessoramento e outros que a lei determinar.

Parágrafo único — Exceto os cargos de Chefe de Gabinete, Oficial e Assessor de Gabinete, Assessor Militar e Assessor Parlamentar, de livre provimento, os demais cargos em Comissão são privativos de Servidores do Poder Legislativo.

Art. 3.º — A Consultoria Jurídica e o Cerimonial, relacionados na estrutura do Gabinete da Presidência, têm a incumbência de atender, dentro de suas respectivas especialidades e competência, ao Presidente e demais Membros da Comissão Executiva.

Art. 4.º — Os cargos de provimento efetivo integram séries de Classes ou classes únicas, constantes do Anexo II, compreendendo:

- A— Pessoal de Nível Universitário;
- B— Pessoal Técnico;
- C— Pessoal Auxiliar.

Parágrafo único — o acesso de uma para outra série de classes dar-se-á em estrita obediência às linhas de correlação estabelecidas no Anexo II e de acordo com o disposto pela Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970.

Art. 5.º — A estrutura organizacional dos serviços administrativos do Poder Legislativo, que será regulamentada em Resolução, compreende:

- I — Gabinetes de Representação;
- II — Gabinete da Diretoria Geral;
- III — Departamentos Administrativos, compreendendo os de Finanças — de Administração — de Recursos Humanos — e Legislativo;
- IV — Gabinete da Consultoria Legislativa, com funções de assessoramento superior;
- V — Gabinete de Serviços Assistenciais, compreendendo Assistência Judiciária, Social, Médica e Odontológica;
- VI — Coordenadorias de Transportes, de Imprensa Legislativa e de Execução de Auxílios Sociais;
- VII — Coordenadoria do Centro de Processamento de

Dados.

Parágrafo único — O atual Gabinete de Assistência Técnica passa a denominar-se Gabinete da Consultoria Legislativa.

Art. 6.º — Os níveis de vencimentos dos cargos em Comissão são iguais aos do Poder Executivo e os vencimentos básicos dos cargos efetivos são os fixados no Anexo VI desta lei.

Art. 7.º — Os valores das funções gratificadas são iguais aos do Poder Executivo, mantidos os mesmos símbolos e demais gratificações atribuídas para os cargos que tiveram ou não a denominação alterada.

Art. 8.º — O enquadramento nos cargos efetivos proceder-se-á por Decreto Legislativo, respeitada a situação atual dos respectivos ocupantes em relação com a situação proposta, conforme consta do Anexo II, III e IV.

Art. 9.º — Ao funcionário que, na data desta Lei, conte dez (10) ou mais anos de serviços ininterruptos prestados à Assembléia Legislativa do Paraná, e tenha concluído curso superior, é assegurado o direito de acesso na classe inicial de cargos de nível universitário.

Parágrafo único — O direito referido neste artigo será concedido a requerimento do interessado.

Art. 10 — Os servidores inativos terão seus proventos reajustados "ex-officio", observada a correspondência estabelecida para o respectivo cargo, em igualdade de condições com o pessoal em atividade, respeitada, para efeito de cálculo, as normas de enquadramento do Art. 8.º.

Art. 11 — As despesas com a execução da presente Lei, correrão à conta da dotação orçamentária própria, consignada, ao Poder Legislativo, no Orçamento Geral do Estado.

Art. 12 — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1978.

(aa) Ivo Thomazoni, Presidente;

Quielise Crisóstomo, 1.º Secretário e

José Domingos Scarpellini, 2.º Secretário.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

A última reforma administrativa que se implantou neste Poder Legislativo, data de 29 de novembro de 1967, consubstanciada no Decreto Legislativo n.º 573/67.

Daquela época até o presente momento, apenas algumas alterações superficiais foram concretizadas, ainda assim com efeitos até certo ponto indesejados, como se verificou na prática do cotidiano administrativo.

Não obstante, durante largo espaço temporal, em que a estrutura do próprio Estado Brasileiro passou por substanciais reformas, que implicaram em novas reformas projetadas oficialmente para breve, período em que novas Constituições e Atos Institucionais foram editados, com repercussões profundas no Poder Legislativo, e em que, inclusive, a nível federal e estadual (Decreto-Lei n.º 200, de 1967, e Lei n.º 6636, de 1974, respectivamente), novos sistemas de administração pública foram adotados. Não obstante todos esses eventos, a estrutura administrativa desta Casa permaneceu basicamente a mesma.

Ora, desnecessário será expressar a evidência de que, em face de tantas mudanças, ela se encontra inapelavelmente superada e, portanto, incapacitada a permitir o fluxo das decisões políticas, de maneira rápida e eficiente, como requer a dignidade e a importância do corpo decisório.

Basta por de manifesto, a título de exemplo, o aumento do número de representantes do povo, de quarenta e cinco para cinquenta e quatro Deputados, e o das Comissões Técnicas permanentes, além da criação, casuística e de fato, de várias frentes de trabalho, tudo para atender a essas novas realidades, como é o caso das impostas pela utilização do novo edifício do Plenário. Não se deve esquecer, também, que proximamente, o prédio destinado às comissões técnicas estará a exigir um lugar

nos planos de qualquer reforma administrativa.

Ora, daquela organização alicerçada em critérios técnicos, hoje envelhecidos, e voltada para uma demanda de serviço, que o tempo se encarregou de ultrapassar, atualmente pouco resta.

Porém, o que é mais grave, em termos de administração moderna, esse abismo entre a norma funcional e a dinâmica operativa do Poder deve ser responsabilizado integralmente por toda e qualquer falha existente no procedimento dos serviços burocráticos e técnicos, com efeitos danosos na atuação dos Senhores Deputados.

Cumpria, portanto, a partir do reconhecimento desse divórcio, erigir um novo sistema de administração para a Assembléia Legislativa, tendo em vista a sua integração nos atuais quadros institucionais, através de mecanismos, órgãos e serviços tecnicamente adequados a obter sua alta finalidade, qual seja a de abrir uma ampla "árvore capilar", por onde se escoe, célere e íntegro, rumo aos objetivos colimados, o resultado da decisão política, seja em forma de lei, seja em forma de apelo, de protesto ou de aplauso, tomada pelos porta-vozes da comunidade paranaense.

Ao lado da reformulação organizacional, está sugerida a imperativa reestruturação do quadro de pessoal que irá operar o novo mecanismo administrativo. Esta é uma consequência lógica daquela.

A denominação de cargos é idêntica à adotada pela Câmara Federal, por força de reforma lá implantada em decorrência do Decreto-Lei n.º 200, de 1967.

A correspondente remuneração se ajusta dentro dos limites propostos pelo Poder Executivo para a Procuradoria Geral do Estado, incluindo-se, em tais valores, a majoração de 38% proposta para o funcionalismo em geral.

Em consonância com a sistemática posta em prática pelos Executivos Federal e Estadual, evitou-se a criação de cargos de provimento efetivo, dando-se preferência ao cargo de provimento em comissão, porque tal espécie de cargo faculta, ao lado do elemento confiança, a mobilidade e a seleção de valores sem os entraves burocráticos.

O Quadro de Funcionários do Poder Legislativo é constituído de 493 (quatrocentos e noventa e três) cargos de provimento efetivo, e por necessidade do serviço, contamos com 16 (dezesseis) contratados e 108 (cento e oito) servidores de outros órgãos, prestando serviços à Casa, alguns com mais de 10 (dez) anos de "disposição". Assim, previu-se na nova estrutura o mesmo número de cargos, objetivando em futuro próximo, através de habilitação a ser regulamentada, incluí-los no Quadro Permanente.

Por fim, foram técnica e propositadamente deixados na futura lei amplos espaços a serem preenchidos pela regulamentação, a fim de permitir uma realista adaptação das linhas mestras do sistema às peculiaridades e particularismos setoriais, segundo a clarividente orientação dos nobres Senhores Deputados hoje encarregados da árdua tarefa de, a par da absorvente atuação parlamentar, valorizar o Poder Legislativo no nosso universo político.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
QUADRO DE PESSOAL – ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR – ASSESSORAMENTO
Anexo 1 – CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

Situação Atual	Situação Proposta
1 – Diretor Geral	1 – Diretor Geral – DAS – L-1
5 – Diretores de Departamento	5 – Diretores de Departamento – DAS – L-2
1 – Diretor de Gabinete	1 – Diretor de Gabinete da Consultoria Legislativa – DAS – L-2
1 – Tesoureiro	1 – Tesoureiro – DAS – L-2
1 – Contador Geral 1 - C	1 – Contador Geral – DAS – L-2
1 – Chefe de Gabinete Presidência 1-C	1 – Diretor de Gabinete – DAS – L-2
1 – Chefe de Gabinete 1.ª Secretaria 1-C	4 – Coordenadores – DAS – L-4
1 – Chefe de Gabinete 2.ª Secretaria 1-C	1 – Chefe Gabinete da Presidência – 1-C
54 – Assessores Parlamentares 3-C	4 – Oficiais de Gabinete Presidência – 4-C
1 – Chefe de Gabinete Diretoria Geral 1-C	2 – Assessores Administrativos Presidência – 3-C
1 – Chefe de Serviço Segurança 2-C	2 – Assessores Legislativos Presidência – 3-C
1 – Assessor Jurídico Dep. Pessoal 2-C	1 – Assessor Militar Presidência – 2-C
1 – Assessor Jurídico Dep. Finanças 2-C	2 – Assessores Jurídicos – 3-C
1 – Coordenador Auxílios Sociais 2-C	1 – Chefe do Cerimonial – 1-C
	1 – Chefe 1.ª Secretaria – 1-C
	4 – Oficiais de Gabinete 1.ª Secretaria – 4-C
	2 – Assessores Administrativos 1.ª Secretaria – 3-C
	2 – Assessores Legislativos 1.ª Secretaria – 3-C
	2 – Assessores Jurídicos 1.ª Secretaria – 3-C
	1 – Chefe de Gabinete 2.ª Secretaria – 1-C
	2 – Oficiais de Gabinete 2.ª Secretaria – 4-C
	2 – Assessores Administrativos 2.ª Secretaria – 3-C
	1 – Chefe de Gabinete Diretor Legislativo – 3-C
	2 – Oficiais de Gabinete Diretor Legislativo – 8-C
	1 – Assessor Jurídico Legislativo – 5-C
	5 – Chefes de Divisão – 6-C
	1 – Chefe de Gab. Diretor Recursos Humanos – 3-C
	2 – Oficiais de Gabinete Recursos Humanos – 8-C
	1 – Consultor Jurídico Recursos Humanos – 1-C
	2 – Assessores Jurídicos Recursos Humanos – 4-C
	3 – Chefes de Divisão Divisão Recursos – 6-C
	1 – Chefe de Gab. Diretor Divulg. e Relações Públicas – 3-C
	2 – Oficiais de Gabinete Diretor Divulg. e Relações Públicas – 3-C
	1 – Assessor de Relações Públicas Gab. Diretor Divulg. e Rel. Públicas – 5-C
	2 – Chefes de Divisão Divulg. e Relações Públicas – 6-C
	1 – Chefe de Gabinete da Consultoria Legislativa – 3-C
	2 – Oficiais de Gabinete da Consultoria Legislativa – 8-C

2 – Assessores Legislativos 2ª Secretaria – 3-C
2 – Assessores Jurídicos 2ª Secretaria – 3-C

(continuação do anexo 1 – Situação Proposta)

6 – Chefes de Divisão da Consultoria Legislativa – 4-C
 1 – Chefe de Gab. Assistência Social – 3-C
 2 – Oficiais de Gabinete Assistência Social – 8-C
 4 – Chefes de Divisão Assistência Social – 6-C
 1 – Chefe de Gabinete Coordenadoria Transportes – 4-C
 2 – Chefes de Divisão Coordenadoria Transportes – 6-C
 1 – Chefe de Gab. Coordenadoria Imprensa Legislativa – 4-C
 2 – Chefes de Divisão Coordenadoria Imprensa Legislativa – 6-C
 1 – Chefe de Gab. Coordenadoria Centro Proc. Dados – 4-C
 2 – Chefes de Divisão Coordenadoria Centro Proc. Dados – 6-C
 1 – Chefe de Gab. da Coordenadoria de Auxílios Sociais – 4-C
 2 – Chefes de Divisão Coordenadoria de Auxílios Sociais – 6-C
 1 – Chefe de Gabinete 3.^a Secretaria – 3-C
 2 – Oficiais de Gabinete 3.^a Secretaria – 6-C
 1 – Chefe de Gabinete 4.^a Secretaria – 3-C
 2 – Oficiais de Gabinete 4.^a Secretaria – 6-C
 1 – Chefe de Gab. 1.^a Vice-Presidência – 3-C
 2 – Oficiais de Gabinete 1.^a Vice-Presidência – 6-C
 1 – Chefe Gabinete 2.^a Vice-Presidência – 3-C
 2 – Oficiais de Gabinete 2.^a Vice-Presidência – 6-C

1 – Chefe Gabinete Liderança Arena – 3-C
 2 – Oficiais de Gabinete Liderança Arena – 6-C
 1 – Chefe Gabinete Liderança MDB – 3-C
 2 – Oficiais de Gabinete Liderança MDB – 6-C
 1 – Chefe de Gabinete Liderança Governo – 3-C
 2 – Oficiais de Gabinete Liderança Governo – 6-C
 54 – Assessores Parlamentares – 1-C
 54 – Assessores Parlamentares – 3-C
 1 – Chefe de Gabinete Diretoria Geral – 1-C
 3 – Oficiais de Gabinete Diretoria Geral – 6-C
 1 – Assessor Administrativo Diretoria Geral – 4-C
 1 – Assessor Jurídico Diretoria Geral – 4-C
 1 – Assessor Legislativo Diretoria Geral – 4-C
 1 – Chefe de Gab. Diretor Administrativo – 3-C
 2 – Oficiais de Gab. Diretor Administrativo – 8-C
 1 – Assessor Jurídico Diretor Administrativo – 5-C
 6 – Chefes de Divisão Diretor Administrativo – 6-C
 1 – Chefe Gab. Diretor de Finanças – 3-C
 2 – Oficiais de Gab. Diretor de Finanças – 8-C
 1 – Assessor Jurídico Diretor de Finanças – 5-C
 5 – Chefes de Divisão Diretor de Finanças – 6-C

ANEXO II – CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO
SÉRIES DE CLASSES DE CARGOS DE NÍVEL UNIVERSITÁRIO

Situação Atual	Situação Proposta	Acesso
23 – Consultores Legislativos	23 – Consultores Legislativos	Consultores Legislativos
27 – Secretários de Comissão	29 – Assistentes Legislativos	
2 – Médicos		Assistentes Legislativos
2 – Médicos – 30	43 – Assessores Técnicos Legislativos C 29/30 - Níveis	
1 – Médico – 29		Assessor Tec. Legislativo C
1 – Médico – 28	47 – Assessores Técnicos Legislativos B	
9 – Auxiliar Técnico – 30		Ass. Tec. Legislativo B
2 – Auxiliar Técnico – 29	39 – Assessores Técnicos Legislativos A	
5 – Auxiliar Técnico – 28	6 – Assessores Técnicos Legislativos A (Adidos) 24/25/26 - Níveis	
18 – Advogados – 30		
8 – Advogados – 29		
14 – Advogados – 28		
1 – Dentista – 29		
1 – Dentista – 28		
1 – Economista – 29		
2 – Economistas – 28		
1 – Contador – 29		
2 – Contadores – 28		
1 – Redator – 28		
1 – Téc. Administrativo – 28		
1 – Médico – 27		
3 – Médicos – 26		
2 – Auxiliares Técnicos – 27		
2 – Auxiliares Técnicos – 26		
4 – Auxiliares Técnicos – 25		
11 – Advogados – 27		
16 – Advogados – 26		
2 – Economistas – 27		
2 – Economistas – 26		
2 – Economistas – 25		
2 – Contadores – 27		
1 – Contador – 26		
1 – Redator – 27		
5 – Redatores – 26		
1 – Redator – 25		
1 – Téc. Administração – 27		
1 – Téc. Administração – 26		
1 – Téc. Administração – 25		
6 – Adidos Universitários		

ANEXO III

QUADRO DE PESSOAL – ADMINISTRAÇÃO TÉCNICA
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

Situação Atual	Situação Proposta
6 – Taquígrafo – 26	7 – Taquígrafo Legislativo C
1 – Taquígrafo – 25	
1 – Taquígrafo – 24	2 – Taquígrafo Legislativo B
1 – Taquígrafo – 23	
1 – Taquígrafo – 22	1 – Taquígrafo Legislativo A
5 – Contabilista – 23	5 – Analista C
2 – Contabilista – 22	3 – Analista B
1 – Contabilista – 21	
2 – Contabilista – 20	3 – Analista A
1 – Contabilista – 19	
4 – Contratados	4 – Analista A

ANEXO IV

QUADRO DE PESSOAL – ADMINISTRAÇÃO AUXILIAR
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

Situação Atual	Situação Proposta
44 – Oficial de Administração 23	118 – Oficial Legislativo B
8 – Oficial de Administração 22	119 – Oficial Legislativo A
8 – Oficial de Administração 21	28 – Oficial Legislativo A (Adidos)
10 – Oficial de Administração 20	
14 – Oficial de Administração 19	27 – Auxiliar Legislativo B
10 – Oficial de Administração 18	27 – Auxiliar Legislativo A
44 – Oficial Legislativo 23	86 – Auxiliar Legislativo A (Adidos e Contratados)
5 – Oficial Legislativo 22	
5 – Oficial Legislativo 21	
6 – Oficial Legislativo 20	
9 – Oficial Legislativo 19	
11 – Oficial Legislativo 18	
21 – Oficial de Serviços Gerais 23	
6 – Oficial de Serviços Gerais 22	
5 – Oficial de Serviços Gerais 21	
6 – Oficial de Serviços Gerais 20	
15 – Oficial de Serviços Gerais 19	
10 – Oficial de Serviços Gerais 18	
28 – Adidos	
8 – Escriturário 17	
7 – Escriturário 16	
4 – Escriturário 15	
6 – Auxiliar Legislativo 17	
7 – Auxiliar Legislativo 16	
5 – Auxiliar de Serviços Gerais 17	
7 – Auxiliar de Serviços Gerais 16	
10 – Auxiliar de Serviços Gerais 15	
74 – Adidos	
12 – Contratados	

ESCALA DE VENCIMENTOS

ANEXO V

CARGOS EM COMISSÃO – ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

Diretor Geral	Cr\$ 21.163,00
Diretor de Departamento	Cr\$ 19.239,00
Diretor Gab. Consultoria Legislativa	Cr\$ 19.239,00
Diretor de Gabinete	Cr\$ 17.491,00
Coordenador	Cr\$ 15.338,00
Tesoureiro Geral	Cr\$ 19.239,00
Contador Geral	Cr\$ 19.239,00
Consultor Jurídico	Cr\$ 19.239,00

ANEXO VI

VENCIMENTOS DE CARGOS EFETIVOS

Consultor Legislativo	Cr\$ 28.506,00
Assistente Legislativo	Cr\$ 25.175,00
Assessor Técnico Legislativo C	Cr\$ 22.667,00
Assessor Técnico Legislativo B	Cr\$ 18.133,00
Assessor Técnico Legislativo A	Cr\$ 16.319,00
Taquígrafo Legislativo C	Cr\$ 16.319,00
Taquígrafo Legislativo B	Cr\$ 14.410,00
Taquígrafo Legislativo A	Cr\$ 12.100,00
Analista C	Cr\$ 16.319,00
Analista B	Cr\$ 14.410,00
Analista A	Cr\$ 12.100,00
Oficial Legislativo B	Cr\$ 6.800,00
Oficial Legislativo A	Cr\$ 5.000,00
Auxiliar Legislativo B	Cr\$ 3.800,00
Auxiliar Legislativo A	Cr\$ 1.900,00

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

1.1 – GABINETE DO PRESIDENTE

- 1 – Chefe de Gabinete
- 4 – Oficiais de Gabinete
- 2 – Assessores Administrativos
- 2 – Assessores Legislativos
- 1 – Assessor Militar
- 2 – Assessores Jurídicos
- 1 – Consultor Jurídico
- 1 – Chefe Cerimonial

1.2 – GABINETE DA 1.ª SECRETARIA

- 1 – Chefe de Gabinete
- 4 – Oficiais de Gabinete
- 2 – Assessores Administrativos
- 2 – Assessores Jurídicos
- 2 – Assessores Legislativos

1.3 – GABINETE DA 1.ª VICE-PRESIDÊNCIA

- 1 – Chefe de Gabinete
- 2 – Oficiais de Gabinete

1.4 – GABINETE DA 2.ª VICE-PRESIDÊNCIA

- 1 – Chefe de Gabinete
- 2 – Oficiais de Gabinete

1.5 – GABINETE DA 2.ª SECRETARIA

- 1 – Chefe de Gabinete
- 2 – Oficiais de Gabinete
- 2 – Assessores Administrativos
- 2 – Assessores Legislativos
- 2 – Assessores Jurídicos

1.6 – GABINETE DA 3.^a SECRETARIA

- 1 – Chefe de Gabinete
- 2 – Oficiais de Gabinete

1.7 – GABINETE DA 4.^a SECRETARIA

- 1 – Chefe de Gabinete
- 2 – Oficiais de Gabinete

2.1 – GABINETE DA LIDERANÇA ARENA

- 1 – Chefe Gabinete
- 2 – Oficiais Gabinete

2.2 – GABINETE LIDERANÇA MDB

- 1 – Chefe de Gabinete
- 2 – Oficiais de Gabinete

2.3 – GABINETE LIDERANÇA GOVERNO

- 1 – Chefe Gabinete
- 2 – Oficiais de Gabinete

2.4 – GABINETE SENHORES DEPUTADOS

- 108 – Assessor Parlamentar

3.1 – GABINETE DIRETOR GERAL

- 1 – Chefe Gabinete
- 3 – Oficiais de Gabinete
- 1 – Assessor Administrativo
- 1 – Assessor Jurídico
- 1 – Assessor Legislativo

3.2 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

GABINETE DO DIRETOR

- 1 – Chefe de Gabinete
- 2 – Oficiais de Gabinete
- 1 – Assessor Jurídico
- 1 – Divisão de Expediente
- 1 – Divisão de Protocolo
- 1 – Divisão de Documentação
- 1 – Divisão de Material
- 1 – Divisão de Serviços Gerais
- 1 – Divisão de Segurança

3.3 – DEPARTAMENTO DE FINANÇAS

GABINETE DO DIRETOR

- 1 – Chefe de Gabinete
- 2 – Oficiais de Gabinete
- 1 – Assessor Jurídico
- 1 – Divisão de Patrimônio
- 1 – Divisão de Tesouraria
- 1 – Divisão de Controle Financeiro de Pessoal
- 1 – Contadoria
- 1 – Divisão de Registro Contábil
- 1 – Divisão de Administração Contábil

3.4 – DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

GABINETE DO DIRETOR

- 1 – Chefe de Gabinete
- 2 – Oficiais de Gabinete
- 1 – Assessor Jurídico
- 1 – Divisão das Comissões
- 1 – Divisão de Taquigrafia
- 1 – Divisão de Redação de Debates e Diários da Assembléia
- 1 – Divisão da Ordem do Dia e Autografia
- 1 – Divisão de Ata, Anais e Publicidade

3.5 – DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

GABINETE DO DIRETOR

- 1 – Chefe de Gabinete

2 – Oficiais de Gabinete

3 – Assessores Jurídicos

1 – Divisão de Regime Legal

1 – Divisão de Cadastro de Pessoal

1 – Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento

3.6 – DEPARTAMENTO DE DIVULGAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS

GABINETE DO DIRETOR

- 1 – Chefe de Gabinete
- 2 – Oficiais de Gabinete
- 1 – Assessor de Relações Públicas
- 1 – Divisão de Divulgação
- 1 – Divisão de Relações Públicas

4.1 – GABINETE DE CONSULTORIA LEGISLATIVA

GABINETE DO DIRETOR

- 1 – Chefe de Gabinete
- 2 – Oficiais de Gabinete
- 1 – Divisão de Assistência Técnica à Mesa
- 1 – Divisão de Assistência Técnica-Legislativa
- 1 – Divisão de Assistência Técnica-Administrativa
- 1 – Divisão de Pesquisa e Documentação
- 1 – Divisão de Informações
- 1 – Divisão de Biblioteca

4.2 – GABINETE DE SERVIÇOS ASSISTENCIAIS

GABINETE DO DIRETOR

- 1 – Chefe de Gabinete
- 2 – Oficiais de Gabinete
- 1 – Divisão de Assistência Judiciária
- 1 – Divisão de Assistência Social
- 1 – Divisão de Serviço Médico
- 1 – Divisão de Serviço Odontológico

5.1 – COORDENADORIA DE TRANSPORTES

GABINETE DO COORDENADOR

- 1 – Chefe de Gabinete
- 1 – Divisão de Oficina e Manutenção
- 1 – Divisão de Transportes

5.2 – COORDENADORIA DE IMPRENSA LEGISLATIVA

GABINETE DO COORDENADOR

- 1 – Chefe de Gabinete
- 1 – Divisão de Imprensa
- 1 – Divisão de Encadernação

5.3 – COORDENADORIA DO CENTRO DE PROCESSAMENTO DE DADOS

GABINETE DO COORDENADOR

- 1 – Chefe de Gabinete
- 1 – Divisão de Programação e Execução Informativa

5.4 – COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO DE AUXÍLIOS SOCIAIS

GABINETE DO COORDENADOR

- 1 – Chefe de Gabinete
- 1 – Divisão de Aplicações
- 1 – Divisão de Registros

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 25/78

1. – De autoria da egrégia Comissão Executiva, objetiva o presente plano de lei dar nova estrutura ao Quadro de Pessoal da Secretaria desta Casa e adotar as providências no mesmo consubstanciadas.

2. – A iniciativa em questão vem articulada e devidamente justificada, atendendo, assim, o que preceitua o art. 123, do Regimento Interno.

3. — Quanto aos aspectos legais e constitucionais que nos é dado examinar, temos para nós:

a) o presente projeto de lei foi apresentado em obediência ao art. 3º, da Lei n.º 6.965, de 20 de dezembro de 1977, publicada no D.O.E., de 21 de dezembro daquele mesmo ano;

b) a iniciativa de propor tal espécie de projeto é da competência exclusiva desta Assembléia, de acordo com o que dispõe o inciso XIV, art. 22, da Lei Maior local.

Quando à sua oportunidade, desnecessário se faz dizer que desde há muito esta Casa se recente de uma melhor estrutura administrativa, e cujas vantagens estão alinhadas na longa e bem fundamentada justificativa que acompanha o projeto.

4. — Nestas condições, e tendo em vista as razões expendidas, somos pela sua aprovação, obedecidas, porém, as emendas em número de três (3) que ora oferecemos.

Sala das Comissões, em 6 de abril de 1978.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

MAURÍCIO FRUET — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Emenda n.º 01 ao Projeto de Lei n.º 25/78

O parágrafo único do Art. 2.º, passa a ter a seguinte redação:

“Parágrafo único — Excetuados os cargos de Chefe de Gabinete, Oficial e Assessor de Gabinete, Assessor Militar e Assessor Parlamentar dos Gabinetes dos Membros da Mesa e dos Deputados, de livre provimento, os demais cargos em comissão são privativos de funcionários ativos e inativos do Poder Legislativo.”

Sala das Comissões, em 6 de abril de 1978.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

MAURÍCIO FRUET — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Emenda n.º 02 ao Projeto de Lei n.º 25/78

O art. 9.º passa a ter a seguinte redação:

“Art. 9.º — Ao funcionário que conte dez (10) ou mais anos de serviços efetivos prestados à Assembléia Legislativa, e tenha concluído curso superior, é assegurado o direito de acesso na classe inicial de cargos de nível universitário.”

Sala das Comissões, em 5 de abril de 1978.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

MAURÍCIO FRUET — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Emenda n.º 03 ao Projeto de Lei n.º 25/78

No Quadro “Organização Administrativa”, item 5.2 — Coordenadoria de Imprensa Legislativa, substitua-se as expressões “DIVISÃO DE ENCADERNAÇÃO” para “DIVISÃO DE DIAGRAMAÇÃO”.

Sala das Comissões, em 5 de abril de 1978.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

MAURÍCIO FRUET — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei n.º 25/78

De autoria da Comissão Executiva, o presente Projeto de Lei n.º 25/78, tem por finalidade dar nova estrutura ao Quadro de Pessoal da Secretaria do Poder Legislativo e dá outras providências.

Sobre a constitucionalidade da matéria, houve o pronunciamento favorável da douda Comissão de Constituição e Justiça com Emendas.

No âmbito desta Comissão de Finanças, restrita à análise sob o aspecto financeiro do Projeto, temos que a despesa que a implantação acarretará, deverá estar prevista no Orçamento Próprio deste Poder Legislativo, e caso tal não ocorra, existe o expediente comumente usado na Administração Pública Esta-

dual, que vem a ser o da Suplementação Orçamentária.

Nestas condições, o projeto está em condições de merecer a aprovação desta Casa, pois que além de justa a medida proposta, irá proporcionar melhores condições de funcionamento deste Poder Legislativo, adaptando-se assim à uma reestruturação compatível com a moderna Administração Pública, já que a existente vem se ressentindo em prejuízo do próprio Poder.

Com isso, o nosso parecer é favorável ao projeto e às emendas apresentadas pela Comissão de Constituição e Justiça, bem como, as emendas apresentadas nesta Comissão de Finanças, que consideramos da mais alta justiça e que visam sanar lacunas não previstas no projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12 de abril de 1978.

(aa) ERONDY SILVÉRIO — Presidente

GABRIEL SAMPAIO — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

Emenda ao Projeto de Lei n.º 25/78

Art. 1.º — O Art. 1.º do Projeto de Lei n.º 25/78, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1.º — O Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa estruturado em cargos de provimento em comissão, é o constante do Anexo I.

Parágrafo único — Os cargos de provimento efetivo são os constantes dos Anexos II, III e IV, criados e regidos por esta Lei”.

Sala das Comissões, em 12 de abril de 1978.

(a) ERONDY SILVÉRIO — Presidente e Relator

EMENDA AO PROJETO DE LEI N.º 25/78

Acrescente-se onde couber:

“Art. — Os atuais funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa, que contem com mais de dez (10) anos de serviços prestados ao Poder Legislativo e que desempenham através de Decreto Legislativo, as funções de Consultor Legislativo e Secretário de Comissão com as vantagens inerentes aos respectivos cargos, ficam enquadrados respectivamente nos cargos de Consultor Legislativo e Assistente Legislativo constantes do Anexo II da presente Lei.”

Sala das Comissões, em 12 de abril de 1978.

(aa) LÚCIO MACHADO — Presidente

GABRIEL SAMPAIO — Relator

JUSTIFICATIVA:

Ao ensejo da Reestruturação de Cargos, constante do Projeto de Lei n.º 25/78, relativa aos funcionários do Legislativo Estadual, medida que, não será ocioso afirmar, atende à reivindicação de justos direitos da laboriosa classe que milita nesta Casa, nas mais variadas funções administrativas, apresentada a emenda que deverá incorporar-se ao Projeto de Lei n.º 25/78.

A aprovação dessa propositura vem fazer justiça a funcionários desta Casa que exercem os cargos de Consultor Legislativo e Secretário de Comissão, designados por Decreto Legislativo, medida essa que vem sendo adotada dada a “premente necessidade de serviço”.

É de se salientar que os funcionários que se encontram na situação ora descrita já subscreveram requerimento endereçado à Comissão Executiva da Assembléia Legislativa, datado de 06.04.78 e Protocolado sob o n.º 2.907, contendo reivindicação e exposição de motivos que, dada a sua propriedade é por nós acatada, eis que, sem dúvida, configura luta, por um imposterável direito de ascensão sócio-econômica e financeira, além de constituir-se de um problema administrativo e, por que não dizer, na solução da dubia situação em que encontram os dedicados e eficientes servidores. Aprovada a emenda, estará a Assembléia Legislativa dispensando tratamento justo e equitativo a todos os seus funcionários e, notadamente agora quando se vê,

inclusive, a disposição de readaptar pelo seu quadro, os funcionários adidos nesta Casa, não se compreende, porque, nesta ocasião tão oportuna não se atenda à solicitação de um pequeno número de funcionários de nosso próprio Quadro de Pessoal.

Corrigir-se-á, em assim procedendo, a omissão verificada no Projeto de Lei n.º 25/78, relativa aos casos de substituição de cargos, o que vem sendo periódica e insistentemente pleiteada pelos funcionários que se encontram nessas condições, nas mais variadas épocas, sem terem, contudo, encontrado guarida, não obstante a pertinência do pleiteado no momento.

E, repetindo, a reivindicação que ora apresentamos formalmente, na conformidade dos dispositivos regimentais da Casa, é tempestiva e por ela far-se-á justiça a funcionários que há mais de 5 (cinco) anos vêm exercendo os já mencionados cargos e, por outro lado, já contam com vinte, vinte e cinco e até mais de trinta anos de serviço público.

Entendo e espero, convictamente, que o que aqui se coloca terá, sem dúvida, aprovação de meus ilustres Pares.

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS PROJETO DE LEI N.º 25/78.

PARECER

O presente plano de lei de autoria da Comissão Executiva tem por finalidade dar nova estrutura ao Quadro de Pessoal da Secretaria deste Poder Legislativo.

Sobre a matéria houve o pronunciamento favorável das doulas Comissões de Constituição e Justiça e Finanças, com emendas.

Sob o aspecto dos recursos humanos previstos pelo projeto de lei, e sob o qual esta Comissão irá analisar temos que o mesmo vem dar nova estrutura administrativa a fim de adaptar o funcionamento deste Poder Legislativo, à moderna Administração Pública, mais compatível com as transformações porque vem passando a sua atual estrutura, já obsoleta e não condizente com o seu atual papel dentro das novas competências constitucionais a que está restrita esta Assembléia.

A atual estrutura administrativa e funcional do Poder Legislativo vem desde o ano de 1969. Desde a sua implantação até a presente data, mudanças substanciais ocorreram, quer administrativamente, quer constitucionalmente, que se fizeram rescentir de novas formas técnicas e padrões funcionais que melhor a estruturam e a adaptem a seu atuante papel na atual conjuntura administrativa como um dos três Poderes constituídos do Estado.

Uma estrutura administrativa sem o competente lastro funcional é desnecessário dizer, não pode ser atuante e compatível com as reais necessidades.

Prevê assim o projeto, além da estrutura administrativa uma conotação funcional adequada ao novo Quadro deste Poder, que temos certeza foi devidamente dosado pela atual Comissão Executiva, e elaborado de acordo com as reais funções a que se quer imprimir nesta Casa.

EMENDA AO PROJETO DE LEI N.º 25/78

As emendas apresentadas pelas Comissões de Constituição e Justiça e Finanças, vem a fim de dotar o projeto de uma melhor e mais justa estrutura, com a qual estamos de pleno acordo, por considerá-las da mais alta justiça.

Nestas condições o nosso parecer é FAVORÁVEL ao Projeto de Lei n.º 25/78 e às Emendas apresentadas pela Comissão de Constituição e Finanças, opinando-se pela sua Aprovação. É o PARECER.

Sala das Reuniões, em 13 de abril de 1978.

(aa) Nelson Buffara, Presidente e Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Ao referido projeto foi apresentado Substitutivo Geral de Plenário, de autoria da Comissão Executiva, com o seguinte teor: (Lê).

“Substitutivo Geral ao Projeto de Lei n.º 25/78

Art. 1.º — O Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, estruturado em cargos de provimento em Comissão e de provimento efetivo, é o constante dos Anexos I, II, III e IV, respectivamente, criados e regidos por esta lei.

Art. 2.º — Os cargos de provimento em Comissão destinam-se aos Gabinetes de representação e ao exercício de encargos de direção, chefia, assessoramento e outros que a lei determinar.

Parágrafo único — Exce tuado os cargos de Chefe de Gabinete, Oficial e Assessor de Gabinete, Assessor Militar, Assessor Parlamentar dos membros da Mesa e dos Deputados, e Chefe da Divisão de Biblioteca, Chefe de Divisão de Segurança, e de livre provimento, os demais cargos em Comissão são privativos de Servidores do Poder Legislativo.

Art. 3.º — A Consultoria Jurídica e o Cerimonial, relacionados na estrutura do Gabinete da Presidência, têm a incumbência de atender, dentro de suas respectivas especialidades e competências ao Presidente e demais Membros da Comissão Executiva.

Art. 4.º — Os cargos de provimento efetivo integram Séries de Classes ou Classes Únicas; constantes do Anexo II, compreendendo:

- a) - Pessoal de Nível Universitário;
- b) - Pessoal Técnico;
- c) - Pessoal Auxiliar.

Parágrafo único — O acesso de uma para outra série de Classes dar-se-á em estrita obediência às linhas de correlação estabelecidas nos Anexos II, III e IV e de acordo com o disposto pela lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970.

Art. 5.º — A estrutura organizacional dos serviços administrativos do Poder Legislativo, que será regulamentada em Resolução compreende:

- I - Gabinetes de Representação;
- II - Gabinete da Diretoria Geral;
- III - Departamentos, compreendendo os de Finanças — de Administração — de Divulgação e Relações Públicas — de Recursos Humanos e Legislativo;
- IV - Gabinete da Consultoria Legislativa, com funções de assessoramento superior;
- V - Gabinete de Serviços Assistenciais, compreendendo Assistência Judiciária, Social, Médica e Odontológica;
- VI - Coordenadoria de Transportes, de Imprensa Legislativa e da Execução de Auxílios Sociais;
- VII - Coordenadoria do Centro de Processamento de Dados.
- VIII - Coordenadoria de Segurança.

Parágrafo único — O atual Gabinete de Assistência Técnica passa a denominar-se Gabinete da Consultoria Legislativa.

Art. 6.º — Os níveis de vencimentos dos cargos em Comissão são iguais aos do Poder Executivo e os vencimentos básicos dos cargos efetivos são os fixados no Anexo VI desta Lei.

Art. 7.º — Os valores das funções gratificadas são iguais aos do Poder Executivo, mantidos os mesmos símbolos e demais gratificações atribuídas para os cargos que tiverem ou não a denominação alterada.

Art. 8.º — O enquadramento nos cargos efetivos proceder-se-á por Decreto Legislativo, respeitada a situação atual dos respectivos ocupantes em relação com a situação proposta, conforme consta dos Anexos II, III e IV.

Art. 9.º — Fica a Comissão Executiva autorizada a promover, mediante concurso de provas ou de provas e títulos, a readaptação dos funcionários que, à data da publicação da presente Lei, estiverem desviados das funções correspondentes às respectivas Séries de Classes.

§ 1.º — A readaptação de que trata este artigo será processada com base nas atribuições e responsabilidades que venham sendo cometidas ao servidor em caráter efetivo e con-

tinuado, respeitados sempre o interesse da Assembléia Legislativa e a habilitação profissional do readaptado, segundo o disposto no Art. 29, "in-fine" e seus parágrafos, da Lei n.º 6119, de 29 de julho de 1970.

Art. 10 – As despesas com a execução da presente Lei, correrão à conta da dotação orçamentária própria, consignada, ao Poder Legislativo, no Orçamento Geral do Estado.

Art. 11 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1978.

(aa) Ivo Thomazoni, Quielise Crisóstomo,

Jurandir Messias, Augusto Carneiro,

David Federmann, Lineu Turra,

Maurício Fruet, Erondy Silvério,

Deni Schwartz, Ezequias Losso,

Gabriel Manoel, Rosário Pitelli,

Hélio Manfrinato, Adalberto Daros,

Renato Bernardi, Domício Scaramella,

Muggiati Filho, Waldenício Barbalho,

Wilson Fortes, Fidelcino Tolentino,

Luiz Alberto de Oliveira, Luiz Roberto Soares,

Werner Wanderer, Jorge Sato, Paulo Camargo,

Fuad Nacli, Gilberto Carvalho, Ernesto Gnoato,
Lázaro Dumont e Lúcio Machado.

JUSTIFICAÇÃO:

O presente Substitutivo Geral ao Projeto de Lei n.º 25/78, tem como objetivo fundamental, escoimá-lo de algumas veniais irregularidades que o comprometiam face a dispositivos legais e constitucionais.

Assim é que, no tocante a valores de vencimentos, estes foram diminuídos para se ajustarem ao instituto constitucional da paridade de vencimentos previsto no Art. 98, da Constituição Federal.

Neste sentido, o vencimento atribuído ao Consultor Legislativo, cargo de provimento efetivo de assessoramento superior, é idêntico ao proposto pelo Poder Executivo para Procuradores do Estado, na mensagem em tramitação nesta Casa. O fundamento da equiparação salarial entre estes dois cargos reside na semelhança de situação na escala hierárquica dos respectivos Quadro de Pessoal, além de que são ambos privativos de portadores de curso universitário.

Nos demais cargos, obedeceu-se a proporcionalidade de vencimentos, tendo como ponto de partida o cargo de Consultor Legislativo.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ QUADRO DE PESSOAL – ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR ASSESSORAMENTO ANEXO I – CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

Situação Atual	Situação Proposta
1 – Diretor Geral	1 – Diretor Geral – DAS-L1
5 – Diretores de Departamento	5 – Diretores de Departamento – DAS-L2
1 – Diretor de Gabinete	1 – Diretor de Gabinete da Consultoria Legislativa – DAS-L2
1 – Tesoureiro	1 – Tesoureiro – DAS-L2
1 – Contador Geral – 1-C	1 – Contador Geral – DAS-L3
1 – Chefe de Gabinete Presidência – 1-C	1 – Diretor de Gabinete – DAS-L3
1 – Chefe de Gabinete 1.ª Secretaria – 1-C	1 – Chefe de Gabinete da Presidência – DAS-L3
1 – Chefe de Gabinete 2ª Secretaria – 1-C	1 – Assessor Militar Presidência – DAS-L3
54 – Assessores Parlamentares – 3-C	1 – Chefe do Cerimonial – DAS-L3
1 – Chefe de Gabinete Diretoria Geral – 1-C	1 – Chefe de Gabinete da 1.ª Secretaria – DAS-L3
1 – Chefe de Serviço Segurança – 2-C	1 – Chefe de Gabinete da 2.ª Secretaria – DAS-L3
1 – Assessor Jurídico Dep. Pessoal – 2-C	1 – Consultor Jurídico do Departamento de Recursos Humanos – DAS-L3
1 – Assessor Jurídico Dep. Finanças – 2-C	1 – Chefe de Gabinete da Diretoria Geral – DAS-L3
1 – Coordenador Auxílios Sociais – 2-C	5 – Coordenadores – DAS-L4
	4 – Oficiais de Gabinete da Presidência – 4-C
	2 – Assessores Administrativos do Gabinete da Presidência – 3-C
	2 – Assessores Legislativos do Gabinete da Presidência – 3-C
	2 – Assessores Jurídicos do Gabinete da Presidência – 3-C
	4 – Oficiais de Gabinete da 1.ª Secretaria – 4-C
	2 – Assessores Administrativos do Gabinete da 1.ª Secretaria – 3-C
	2 – Assessores Legislativos do Gabinete da 1.ª Secretaria – 3-C
	2 – Assessores Jurídicos do Gabinete da 1.ª Secretaria – 3-C
	2 – Oficiais de Gabinete da 2.ª Secretaria – 4-C
	2 – Assessores Administrativos do Gabinete da 2.ª Secretaria – 3-C
	2 – Assessores Legislativos do Gabinete da 2.ª Secretaria – 3-C
	2 – Assessores Jurídicos do Gabinete da 2.ª Secretaria – 3-C

- 1 – Chefe de Gabinete do Diretor do Departamento Legislativo – 3-C
- 2 – Oficiais de Gabinete do Diretor do Departamento Legislativo – 7-C
- 1 – Assessor Jurídico do Gabinete do Departamento Legislativo – 5-C
- 5 – Chefes de Divisão do Departamento Legislativo – 6-C
- 1 – Chefe de Gabinete do Diretor do Departamento de Recursos Humanos – 3-C
- 2 – Oficiais de Gabinete do Diretor do Departamento de Recursos Humanos – 7-C
- 2 – Assessores Jurídicos do Gabinete do Diretor do Departamento de Recursos Humanos – 4-C
- 3 – Chefes de Divisão do Departamento de Recursos Humanos – 6-C
- 1 – Chefe de Gabinete do Diretor do Departamento de Divulgação e Relações Públicas – 3-C
- 2 – Oficiais de Gabinete do Diretor do Departamento de Divulgação e Relações Públicas – 7-C
- 2 – Chefes de Divisão do Departamento de Divulgação e Relações Públicas – 6-C
- 1 – Assessor de Relações Públicas – 5-C
- 1 – Chefe de Gabinete da Consultoria Legislativa – 3-C
- 2 – Oficiais de Gabinete da Consultoria Legislativa – 7-C
- 6 – Chefes de Divisão do Gabinete da Consultoria Legislativa – 4-C
- 1 – Chefe de Gabinete do Diretor de Serviços Assistenciais – 3-C
- 2 – Oficiais de Gabinete do Diretor de Serviços Assistenciais – 7-C
- 4 – Chefes de Divisão de Serviços Assistenciais – 6-C
- 1 – Chefe de Gabinete da Coordenadoria de Transportes – 4-C
- 2 – Chefes de Divisão da Coordenadoria de Transportes – 6-C
- 1 – Chefe de Gabinete da Coordenadoria de Imprensa Legislativa – 4-C
- 2 – Chefes de Divisão da Coordenadoria de Imprensa Legislativa – 6-C
- 1 – Chefe de Gabinete da Coordenadoria do Centro de Processamento de Dados – 4-C
- 2 – Chefes de Divisão da Coordenadoria do Centro de Processamento de Dados – 6-C
- 1 – Chefe de Gabinete da Coordenadoria de Auxílios Sociais – 4-C
- 2 – Chefes de Divisão da Coordenadoria de Auxílios Sociais – 6-C
- 1 – Chefe de Gabinete da Coordenadoria de Segurança – 4-C
- 2 – Chefes de Divisão da Coordenadoria de Segurança – 6-C
- 1 – Chefe de Gabinete 3ª Secretaria
- 2 – Oficiais de Gabinete 3ª Secretaria – 6-C
- 1 – Chefe de Gabinete 4ª Secretaria – 3-C
- 2 – Oficiais de Gabinete 4ª Secretaria – 6-C
- 1 – Chefe de Gabinete 1ª Vice-Presidência – 3-C
- 2 – Oficiais de Gabinete 1ª Vice-Presidência – 6-C
- 1 – Chefe Gabinete 2ª Vice-Presidência – 3-C
- 2 – Oficiais de Gabinete 2ª Vice-Presidência – 6-C
- 1 – Chefe Gabinete Liderança Arena – 3-C
- 2 – Oficiais de Gabinete Liderança Arena – 6-C
- 1 – Chefe Gabinete Liderança MDB – 3-C
- 2 – Oficiais de Gabinete Liderança MDB – 6-C
- 1 – Chefe de Gabinete Liderança Governo – 3-C
- 2 – Oficiais de Gabinete Liderança Governo – 6-C
- 54 – Assessores Parlamentares – 1-C
- 54 – Assessores Parlamentares – 3-C
- 3 – Oficiais de Gabinete da Diretoria Geral – 6-C
- 1 – Assessor Administrativo do Gabinete da Diretoria Geral – 4-C
- 1 – Assessor Jurídico do Gabinete da Diretoria Geral – 4-C
- 1 – Assessor Legislativo do Gabinete da Diretoria Geral – 4-C
- 2 – Oficiais de Gabinete do Diretor do Departamento Administrativo – 7-C
- 1 – Assessor Jurídico do Gabinete do Diretor do Departamento Administrativo – 5-C
- 5 – Chefes de Divisão do Departamento Administrativo – 6-C
- 1 – Chefe de Gabinete do Diretor do Departamento de Finanças – 3-C
- 2 – Oficiais de Gabinete do Diretor do Departamento de Finanças – 7-C
- 1 – Assessor Jurídico do Gabinete do Diretor do Departamento de Finanças – 5-C
- 5 – Chefes de Divisão do Departamento de Finanças – 6-C

ANEXO II – CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO
SÉRIE DE CLASSES DE CARGOS DE NÍVEL UNIVERSITÁRIO

Situação Atual	Situação Proposta	Acesso
23 – Consultor Legislativo	35 – Consultor Legislativo	
27 – Secretário de Comissão		
2 – Médico	37 – Assistente Legislativo	Consultor
2 – Médico 30		
1 – Médico 29	43 – Assessor Técnico Legislativo C	Assistente Legislativo
1 – Médico 28	29/30 – níveis	
9 – Aux. Técnico 30		
2 – Aux. Técnico 29		
5 – Aux. Técnico 28		
18 – Advogado 30		
	47 – Assessor Técnico Legislativo B	Assessor Técnico Legislativo C
8 – Advogado 29	27/28 – níveis	
14 – Advogado 28		
1 – Dentista 29		
1 – Dentista 28		
1 – Economista 29		
2 – Economista 28		
1 – Contador 29		
2 – Contador 28		
1 – Redator 28		
1 – Téc. Administ. 28		
1 – Médico 27		
3 – Médico 26		
2 – Aux. Técnico 27		
2 – Aux. Técnico 26		
4 – Auxiliar Técnico 25		
11 – Advogado 27		
16 – Advogado 26		
2 – Economista 27		
2 – Economista 26	39 – Assessor Técnico Legislativo A	Ass. Téc. Legislativo B.
2 – Economista 25	6 – Assessor Técnico Legislativo A (adidos)	
2 – Contador 27	24/25/26 – níveis	
1 – Contador 26		
1 – Redator 27		
5 – Redator 26		
1 – Redator 25		
1 – Redator 24		
1 – Técnico Administração 27		
1 – Técnico Administração 26		
1 – Técnico Administração 25		
8 – Adidos Universitários		

**ANEXO III – QUADRO DE PESSOAL
ADMINISTRAÇÃO TÉCNICA
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO**

Situação Atual	Situação Proposta
6 – Taquígrafo 26 1 – Taquígrafo 25	7 – Taquígrafo Legislativo C
1 – Taquígrafo 24 1 – Taquígrafo 23	2 – Taquígrafo Legislativo B
1 – Taquígrafo 22	1 – Taquígrafo Legislativo A
5 – Contabilista 23	5 – Analista C
2 – Contabilista 22 1 – Contabilista 21	3 – Analista B
2 – Contabilista 20 1 – Contabilista 19	3 – Analista A
4 – Contratados	4 – Analista A

**ANEXO – IV – QUADRO DE PESSOAL – ADMINISTRAÇÃO AUXILIAR
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO**

Situação Atual	Situação Proposta
44 – Oficial de Administração 23	
8 – Oficial de Administração 22	
8 – Oficial de Administração 21	
10 – Oficial de Administração 20	
14 – Oficial de Administração 19	
10 – Oficial de Administração 18	
44 – Oficial Legislativo 23	
5 – Oficial Legislativo 22	
5 – Oficial Legislativo 21	
6 – Oficial Legislativo 20	
9 – Oficial Legislativo 19	146 – Oficial Legislativo B
11 – Oficial Legislativo 18	91 – Oficial Legislativo A
21 – Oficial de Serviços Gerais 23	28 – Oficial Legislativo A (adidos)
6 – Oficial de Serviços Gerais 22	
5 – Oficial de Serviços Gerais 21	
6 – Oficial de Serviços Gerais 20	
15 – Oficial de Serviços Gerais 19	
10 – Oficial de Serviços Gerais 18	
28 – Adidos	
8 – Escriturário 17	
7 – Escriturário 16	
4 – Escriturário 15	
6 – Aux. Legislativo 17	
7 – Aux. Legislativo 16	
5 – Aux. Serv. Gerais 17	
7 – Aux. Serv. Gerais 16	27 – Auxiliar Legislativo B
10 – Aux. Serv. Gerais 15	27 – Auxiliar Legislativo A
	86 – Auxiliar Legislativo A (Adidos e Controlados)
74 – Adidos	
12 – Contratados	

ESCALA DE VENCIMENTOS**ANEXO V****CARGOS EM COMISSÃO – DIREÇÃO E APOSSORAMENTO****SUPERIOR – DAS – L****PÁRTE PERMANENTE**

Diretor Geral – DAS-L1	Cr\$ 19.239,00
Diretor de Departamento – DAS-L2	Cr\$ 13.467,00
Diretor Gabinete Consultoria Legislativa - DAS-L2	Cr\$ 13.467,00
Tesoureiro Geral – DAS-L2	Cr\$ 13.467,00
Diretor de Gabinete – DAS-L3	Cr\$ 8.757,00
Contador Geral – DAS-L3	Cr\$ 8.757,00
Consultor Jurídico – DAS-L3	Cr\$ 8.757,00
Chefes de Gabinete da Presidência, Primeira Secretaria, da Segunda Secretaria e da Diretoria Geral - DAS-L3 ..	Cr\$ 8.757,00
Chefe do Cerimonial – DAS-L3	Cr\$ 8.757,00
Assessor Militar do Gabinete da Presidência – DAS-L3 ..	Cr\$ 8.757,00
Coordenador – DAS-L4	Cr\$ 8.060,00

ANEXO VI**VENCIMENTOS DE CARGOS EFETIVOS**

Consultor Legislativo	Cr\$ 20.280,00
Assistente Legislativo	Cr\$ 18.252,00
Assessor Técnico Legislativo C	Cr\$ 16.426,00
Assessor Técnico Legislativo B	Cr\$ 13.140,00
Assessor Técnico Legislativo A	Cr\$ 11.826,00
Taquígrafo Legislativo C	Cr\$ 11.826,00
Taquígrafo Legislativo B	Cr\$ 9.700,00
Taquígrafo Legislativo A	Cr\$ 8.100,00
Analista C	Cr\$ 11.826,00
Analista B	Cr\$ 9.700,00
Analista A	Cr\$ 8.100,00
Oficial Legislativo B	Cr\$ 6.800,00
Oficial Legislativo A	Cr\$ 5.000,00
Auxiliar Legislativo B	Cr\$ 3.800,00
Auxiliar Legislativo A	Cr\$ 1.900,00

**ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO PARANÁ****1.1 – GABINETE DO PRESIDENTE**

- 1 – Chefe de Gabinete
- 4 – Oficiais de Gabinete
- 2 – Assessores Administrativos
- 2 – Assessores Legislativos
- 1 – Assessor Militar
- 2 – Assessores Jurídicos
- 1 – Consultor Jurídico
- 1 – Chefe Cerimonial

1.2 – GABINETE DA 1.ª SECRETARIA

- 1 – Chefe de Gabinete
- 4 – Oficiais de Gabinete
- 2 – Assessores Administrativos
- 2 – Assessores Jurídicos
- 2 – Assessores Legislativos

1.3 – GABINETE DA 1.ª VICE-PRESIDÊNCIA

- 1 – Chefe de Gabinete
- 2 – Oficiais de Gabinete

1.4 – GABINETE DA 2.ª VICE-PRESIDÊNCIA

- 1 – Chefe de Gabinete
- 2 – Oficiais de Gabinete

1.5 – GABINETE DA 2.ª SECRETARIA

- 1 – Chefe de Gabinete
- 2 – Oficiais de Gabinete
- 2 – Assessores Administrativos
- 2 – Assessores Legislativos
- 2 – Assessores Jurídicos

1.6 – GABINETE DA 3.ª SECRETARIA

- 1 – Chefe de Gabinete
- 2 – Oficiais de Gabinete

1.7 – GABINETE DA 4.ª SECRETARIA

- 1 – Chefe de Gabinete
- 2 – Oficiais de Gabinete

2.1 – GABINETE LIDERANÇA ARENA

- 1 – Chefe Gabinete
- 2 – Oficiais Gabinete

2.2 – GABINETE LIDERANÇA MDB

- 1 – Chefe Gabinete
- 2 – Oficiais de Gabinete

2.3 – GABINETE DA LIDERANÇA DO GOVERNO

- 1 – Chefe de Gabinete
- 2 – Oficiais de Gabinete

2.4 – GABINETE SENHORES DEPUTADOS

- 108 – Assessor Parlamentar

3.1 – GABINETE DIRETOR GERAL

- 1 – Chefe de Gabinete
- 3 – Oficiais de Gabinete
- 1 – Assessor Administrativo
- 1 – Assessor Jurídico
- 1 – Assessor Legislativo

3.2 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO**GABINETE DO DIRETOR**

- 1 – Chefe de Gabinete
- 2 – Oficiais de Gabinete
- 1 – Assessor Jurídico
- 1 – Divisão de Expediente
- 1 – Divisão de Protocolo
- 1 – Divisão de Documentação
- 1 – Divisão de Material
- 1 – Divisão de Serviços Gerais

3.3 – DEPARTAMENTO DE FINANÇAS**GABINETE DO DIRETOR**

- 1 – Chefe de Gabinete
- 2 – Oficiais de Gabinete
- 1 – Assessor Jurídico
- 1 – Divisão de Patrimônio
- 1 – Divisão de Tesouraria
- 1 – Divisão de Controle Financeiro de Pessoal
- 1 – Contadoria
- 1 – Divisão de Registro Contábil
- 1 – Divisão de Administração Contábil

3.4 – DEPARTAMENTO LEGISLATIVO**GABINETE DO DIRETOR**

- 1 – Chefe de Gabinete
- 2 – Oficiais de Gabinete
- 1 – Assessor Jurídico
- 1 – Divisão das Comissões
- 1 – Divisão de Taquigrafia
- 1 – Divisão de Redação de Debates e Diários da Assembléia
- 1 – Divisão da Ordem do Dia e Autografia

1 — Divisão de Ata, Anais e Publicidade

3.5 — DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

GABINETE DO DIRETOR

- 1 — Chefe de Gabinete
- 2 — Oficiais de Gabinete
- 3 — Assessores Jurídicos
- 1 — Divisão de Regime Legal
- 1 — Divisão de Cadastro de Pessoal
- 1 — Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento

3.6 — DEPARTAMENTO DE DIVULGAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS

GABINETE DO DIRETOR

- 1 — Chefe de Gabinete
- 2 — Oficiais de Gabinete
- 1 — Assessor de Relações Públicas
- 1 — Divisão de Divulgação
- 1 — Divisão de Relações Públicas

4.1 — GABINETE DA CONSULTORIA LEGISLATIVA

GABINETE DO DIRETOR

- 1 — Chefe de Gabinete
- 2 — Oficiais de Gabinete
- 1 — Divisão de Assistência Técnica à Mesa
- 1 — Divisão de Assistência Técnica-Legislativa
- 1 — Divisão de Assistência Técnica-Administrativa
- 1 — Divisão de Pesquisa e Documentação
- 1 — Divisão de Informações
- 1 — Divisão de Biblioteca

4.2 — GABINETE DE SERVIÇOS ASSISTENCIAIS

GABINETE DO DIRETOR

- 1 — Chefe de Gabinete
- 2 — Oficiais de Gabinete
- 1 — Divisão de Assistência Judiciária
- 1 — Divisão de Assistência Social
- 1 — Divisão de Serviço Médico
- 1 — Divisão de Serviço Odontológico

5.1 — COORDENADORIA DE TRANSPORTES

GABINETE DO COORDENADOR

- 1 — Chefe de Gabinete
- 1 — Divisão de Oficina e Manutenção
- 1 — Divisão de Transportes

5.2 — COORDENADORIA DE IMPRENSA LEGISLATIVA

GABINETE DO COORDENADOR

- 1 — Chefe de Gabinete
- 1 — Divisão de Imprensa
- 1 — Divisão de Encadernação

5.3 — COORDENADORIA DO CENTRO DE PROCESSAMENTO DE DADOS

GABINETE DO COORDENADOR

- 1 — Chefe de Gabinete
- 1 — Divisão de Programação e Execução Informativa

5.4 — COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO DE AUXÍLIOS SOCIAIS

GABINETE DO COORDENADOR

- 1 — Chefe de Gabinete
- 1 — Divisão de Aplicações
- 1 — Divisão de Registros

5.5 — COORDENADORIA DE SEGURANÇA

- 1 — Chefe de Gabinete
- 1 — Chefe de Divisão de Informações
- 1 — Chefe de Divisão de Segurança

Em discussão o projeto, emendas e substitutivo. Encerrada a discussão. — Em votação o substitutivo. — Aprovado. O SR. DENI SCHWARTZ — (Pela ordem). — Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — A Mesa defere.

Em votação o Substitutivo do Projeto de Lei n.º 25/78, de autoria da Comissão Executiva.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — (Pela ordem). — Sr. Presidente, eu solicitaria de V. Ex.^a a fineza de proceder a chamada nominal dos Srs. Deputados, porquanto um projeto de tão alto interesse à Casa quanto este, não possibilita que, ao encerrarmos os trabalhos de hoje, fiquemos aí em apenas 7 ou 8 parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — A Mesa defere. O Sr. 1.º Secretário procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede a chamada nominal) — (Pausa).

Responderam a chamada 29 Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Em votação o Substitutivo Geral do Projeto de Lei n.º 25/78.

Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como estão. — Aprovado. — (Registrada a abstenção do Sr. Deputado Accioly Neto).

O SR. DENI SCHWARTZ — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência defere.

Em votação, o Projeto de Lei n.º 25/78 na forma do Substitutivo Geral apresentado no turno de 1.ª discussão. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como estão, digo melhor, os que aprovam, queiram levantar-se. O Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes respondeu à chamada. A Presidência respeitosamente solicita a sua presença no Plenário. Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. Vinte e oito Senhores Deputados aprovam, nenhum Senhor Deputado rejeita. — Aprovado por maioria na forma do Substitutivo Geral.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Domingos Razzera, ocorrido em União da Vitória. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Valério Haisi. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, com apoio de diversos Srs. Deputados, solicitando a constituição de uma Comissão Especial, para apurar junto à COPEL, tendo em vista informações trazidas por proprietários de terras localizadas nos Municípios de Cruz Machado, Bituruna e Pinhão, que estariam sendo prejudicados por aquela empresa estatal, no que se refere à indenização de suas terras, que estão sendo ocupadas com a construção da Usina de Foz do Areia. — Em votação.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Com a palavra, o Sr. Deputado Gilberto Carvalho, para encaminhar a votação.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O requerimento apresentado pelo eminente Deputado Domício Scaramella, na sexta-feira, nós pedimos verificação de "quorum", porquanto precisávamos melhor analisar o seu pedido e naquela oportunidade, reclamava o eminente líder quando pedimos a verificação, a maneira que tínhamos de poder melhor estudar o que pretendia o eminente Deputado. E hoje, venho confirmar aquela posição que assumimos de votar o requerimento, depois de melhor estudo. E ontem, depois de entendimento com o eminente Deputado Domício Scaramella, e alguma correção feita no seu pedido, a nossa bancada

vota favoravelmente ao seu requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Em votação o requerimento do Sr. Deputado Domício Scaramella. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, consubstanciado em pedido de informações, sobre se já determinou à Pasta competente estudos visando a redação de projeto de lei estabelecendo a contagem de tempo para efeito de aposentadoria aos funcionários públicos admitidos antes da Constituição de 1967. — Aprovado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência defere.

Em votação o requerimento do Sr. Deputado Valter Pietrângelo. Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se. — (Pausa). — Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. — (Pausa). — Cinco (5) Srs. Deputados aprovam; três (3) Srs. Deputados rejeitam; três (3) Srs. Deputados abstiveram-se de votar. Não há "quorum" para deliberação.

A Presidência antes de encerrar a sessão, desejava registrar a visita feita a esta Casa, na tarde de hoje e recepcionadas no Salão Nobre, do Sr. Hélio Rangel Mendes Carneiro, Brigadeiro do Ar, Comandante da Escola de Oficiais Especialistas e de Infantaria de Guarda, e do Sr. Senador João de Mattos Leão, Diretor da 6.^a Região do Banco do Brasil, que subordina o Paraná e Santa Catarina. S. Ex.^a recepcionado por Srs. Deputados da ARENA e do MDB, além de registrar a sua visita de cordialidade, agradeceu a manifestação desta Casa por ocasião da sua nomeação, ao mesmo tempo que se mostrou sensível na

discussão dos problemas de alta indagação levantados pelos Srs. Deputados das duas bancadas, e relacionados com a economia paranaense, notadamente, das regiões produtoras, assuntos relacionados à participação do agricultor e do pecuarista nas notas promissórias rurais, e que S. Ex.^a está levantando o problema e com ponto de vista formado, no sentido da primeira reunião da Diretoria do Banco do Brasil, discutir o problema, e isentar o produtor da corresponsabilidade no pagamento das NPRs.

Ao mesmo tempo, que informou à Casa, das medidas adotadas pelo Banco do Brasil, da prorrogação dos prazos de empréstimos para custeio de lavouras e também, para os empréstimos de investimentos. Registra portanto, a Presidência, com imensa satisfação, a visita feita a esta Casa, por estas duas personalidades.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 1.^o de junho, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.^o 08/78 e dos Projetos de Resolução n.^{os} 04, 05, 06, 07, 08, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 33 e 34/78.

2.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.^{os} 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 49, 51, 53 e 54/78; e marcando ainda, uma sessão para sexta-feira, dia 2, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.^{os} 148/77, 17/78 e 19/78.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.^o 25/78.
Levanta-se a sessão.